



FRONTEIRA
DA PAZ
SUSTENTÁVEL

Agenda Urbana da Fronteira da Paz

Santana do Livramento e Rivera: uma cidade, dois países

Uma agenda urbana para o século XXI

A afirmação dos cidadãos

setembro 2022



União Europeia



EIXO ATLÁNTICO
DO NOROESTE PENINSULAR





Documento estratégico sobre a Agenda Urbana da Fronteira da Paz numa versão que teve por base a deliberação do Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável, adotada na sessão de 17-03-2022 e que incorpora o resultado do procedimento de consulta pública iniciada imediatamente após. A presente versão constitui uma proposta destinada a deliberação do Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável previsto para 15-11-2022 e posteriormente a deliberação dos órgãos competentes dos Municípios de Santana do Livramento e de Rivera.



Índice

01.	Introdução	4
02.	Metodologia de trabalho: Um exercício de cidadania	5
2.1.	O contributo dos cidadãos	6
2.2.	O contributo da sociedade civil	9
03.	A Fronteira da Paz hoje	10
2.3.	Uma identidade	10
2.4.	Uma reflexão sobre o território	15
04.	Uma estratégia para 2030	19
4.1.	Uma visão para o contínuo urbano	20
4.2.	Os objetivos estratégicos e os vetores de ação	22
4.3.	As metas para 2030	37
05.	Como implementar a estratégia para 2030	42
5.1.	Uma organização para a integração	42
5.2.	Um contínuo urbano orientado para os cidadãos	43
5.3.	O plano de ação	46
5.4.	Uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável	47
5.5.	RSU: Promover a qualidade de vida e a economia circular	51
06.	Nota final	54
07.	Anexos	55
7.1.	O projeto Fronteira da Paz	55
7.2.	Uma fotografia do território em números	57
7.3.	As entidades que deram contributos	66
7.4.	Os instrumentos para a participação dos cidadãos	69



01. Introdução

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural.

Uma Agenda Urbana é uma ferramenta de planificação para o crescimento da cidade em todas as suas dimensões: urbanística, social, económica, ambiental, etc., perspetivada para um horizonte temporal de médio prazo e traduzindo uma visão estratégica da cidade. Tem a ambição de contribuir para melhorar a governação no conjunto do contínuo urbana de Santana do Livramento e de Rivera e de promover uma cidadania ativa, através de uma metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano.

Constitui um documento estratégico com uma visão no horizonte de uma década, horizonte temporal alargado que não se condiciona aos ciclos políticos da administração local, no qual se identificam as grandes linhas de desenvolvimento que os seus cidadãos ambicionam.

Fronteira da Paz,

Uma cidade de dois países. Um espaço de cidadania

Uma cidade que promove o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos

No presente documento é apresentada uma versão que teve por base a deliberação do Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável, adotada na sessão de 17-03-2022 e que incorpora o resultado do procedimento de consulta pública iniciada imediatamente após.

A presente versão assume-se como uma proposta do Grupo de Trabalho Agenda Urbana destinada a deliberação do Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável prevista para 15-11-2022 e posteriormente dos órgãos competentes dos Municípios de Santana do Livramento e de Rivera.

Foi preparada no âmbito da realização do projeto Fronteira da Paz, que visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, perspetivando a governação urbana no conjunto do contínuo urbano constituído pela cidade de Santana do Livramento e a cidade vizinha de Rivera, valorizando a circunstância histórica de não existir entre elas uma fronteira física mas tão só uma praça pública conjunta e comum.



02. Metodologia de trabalho: um exercício de cidadania

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** ambiciona ser um encontro entre os poderes democráticos e a sociedade democrática, ou seja, a cidadania. Deve haver um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da cidade.

Promove um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da cidade. Neste processo, o conceito de corresponsabilidade do cidadão adquire especial relevância, propondo corresponsabilizar os cidadãos pela gestão da sua cidade.

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz foi preparada no âmbito do projeto Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável da Fronteira da Paz que procura dar um contributo para "tornar as cidades e outros pequenos aglomerados inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ODS 11 da ONU).

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** assenta na definição de uma estratégia de atuação, precedida de um diagnóstico da situação de partida, é baseada numa **metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano**. Essa parceria ativa com os cidadãos justifica que lhes seja pedido o seu contributo de opinião sobre a visão que têm da cidade.

Foi obtido o contributo dos cidadãos, dos atores socioeconómicos, das instituições e dos decisores políticos sobre o contexto, as disparidades territoriais, os desafios que a cidade enfrenta, sobre a visão estratégica para a cidade num horizonte de médio prazo e as medidas que, nesta perspetiva, consideram relevantes:

- ✓ Num primeiro momento, que continua aberto, foram solicitados contributos de opinião sobre a visão estratégica de médio prazo, sobre as medidas de curto e de médio prazo que devam ser promovidas, e sobre as dificuldades sentidas na relação entre as duas cidades, tendo sido pedido ainda um balanço sobre o setor de atividade em que cada organização parceira e decisor político exerce a sua atividade;
- ✓ Esses contributos, ou melhor, o sentido predominante da primeira fase do exercício de cidadania foi incorporado na versão preliminar colocada em consulta pública por um prazo suficientemente alargado para viabilizar as múltiplas iniciativas de divulgação, análise e discussão realizadas;
- ✓ Num segundo momento, iniciado com a divulgação da versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz, foi solicitada uma reflexão e solicitadas propostas sobre a estratégia de médio prazo para o contínuo urbano e sobre os vetores de ação e medidas concretas consideradas como necessárias.
- ✓ Estes novos contributos dos cidadãos, das entidades e instituições parceiras dos municípios de Santana do Livramento e de Rivera e dos serviços destes, muito enriqueceram a versão final do documento estratégico da Agenda Urbana da Fronteira da Paz que se pretende ver consagrado no último trimestre de 2022.

O documento estratégico será complementado com o plano de ação para o pôr em prática. Mas este plano de ação vai também ser objeto de um processo plural de debate com a mais ampla participação possível dos cidadãos.



3.1. O contributo dos cidadãos

Os contributos dos cidadãos foram recebidos e analisados em dois momentos distintos: num primeiro momento que coincidiu com o início dos trabalhos técnicos de preparação da versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz e, num segundo momento, no decurso da consulta pública sobre esse mesmo documento.

No decurso desses dois momentos de participação, foram recebidos **quase 500 contributos**, número muito expressivo que nos estimulou a considerar este processo como um exercício de cidadania aberto e participativo.

Tal como a estratégia, o plano de ação deve também ser um documento evolutivo, que evoluirá em função da evolução do território, das suas atividades e das suas populações no tempo, e onde tal se justifique.

3.2.1. A opinião dos cidadãos





5 Como os cidadãos avaliam a gestão conjunta das 2 cidades que formam o contínuo urbano

26,5%	Muito bem a excelente
32,7%	Bem
37,8%	Bem mas a evoluir
2,0%	Regular e desconhecimento
1,0%	Mal e Indiferente

A tendência das opiniões expressas pelos cidadãos foi estimada e apresentada no plano do contínuo urbano, em coerência com o propósito de identificação de uma estratégia para o conjunto das duas cidades, ainda que alguns resultados tenham uma expressão desequilibrada entre elas. É o caso das debilidades existentes nas cidades e, em particular, do tema da manutenção das ruas, estradas e caminhos rurais, com uma acentuada expressão numa das cidades.

3.2.2. As propostas dos cidadãos

26,3%	Melhorar a qualidade do espaço urbano e da sua ligação com a envolvente rural	Inclui propostas sobre a melhoria e o aumento dos espaços verdes urbanos, a promoção de um plano único de ajardinamentos, a melhoria da limpeza dos espaços públicos, promover a educação ambiental com a participação das escolas e melhorar a qualidade dos pavimentos urbanos. Várias propostas visam salvaguardar o simbolismo do Parque Internacional, terminando com a sua degradação. Criação de parques naturais na envolvente do contínuo urbano
24,0%	Promover uma Administração Local aberta, participada e orientada para o cidadão	Inclui propostas para reforçar a articulação dos municípios ao nível político, técnico e de atuação corrente dos serviços, integração das políticas públicas, a eliminação dos entraves político-administrativos para um efetivo contínuo urbano, a simplificação e desburocratização dos serviços e um maior foco no cidadão
20,2%	Estimular a economia, promover o investimento empresarial e a criação de emprego	Inclui propostas para a criação de uma área de acolhimento empresarial de base tecnológica
19,4%	Investir no ensino, valorizar a qualificação das pessoas e promover o empreendedorismo	Inclui propostas para um plano de educação orientado para a qualificação profissional dos jovens, criar uma rede transfronteiriça das universidades existentes e associar a qualificação das pessoas aos projetos de investimentos físicos
15,2%	Melhorar o tratamento dos fluxos metabólicos do contínuo urbano	Inclui a recolha, tratamento e valorização dos RSU, a melhoria da rede de esgotos e do seu tratamento, propostas para produção de energia a partir dos RSU e melhorar e alargar a rede de abastecimento de água
14,3%	Melhorar a mobilidade dos cidadãos e aproximar o contínuo urbano	Inclui propostas para melhorar os transportes coletivos, perspetivar o aeroporto numa base transfronteiriça, aumentar a rede de cicloviárias e de vias pedonais, melhorar a rede viária.
6,4%	Promover o turismo e a gastronomia como motor da economia local e da criação de emprego	Inclui propostas para a promoção de um plano anual de eventos culturais e de lazer conjuntos, um plano de ação para os investimentos necessários para a valorização do turismo, organizar um parque desportivo transfronteiriço com formadores qualificados
5,6%	Promover uma cidade inclusiva e de bem estar	Inclui propostas para a criação de planos de ação de inclusão social conjuntos aos 2 municípios

51,2%

Propostas de medidas com uma natureza, base ou âmbito de ação transfronteiriço e incidentes sobre o contínuo urbano



3.2.3. Uma cidade, dois países: propostas dos cidadãos

40,6%	Proover uma Administração aberta, participada e orientada para o cidadão	Inclui propostas para a descentralização das políticas públicas nacionais e estaduais, melhorar a articulação entre os 2 municípios, a simplificação, desburocratização e diálogo com o cidadão,
29,0%	Mais e melhor mobilidade para uma cidade de dois países	Inclui propostas para harmonizar a legislação sobre trânsito automóvel, falta de transportes públicos transfronteiriços, a operacionalização do aeroporto como transfronteiriço, a gestão em rede dos transportes públicos.
10,1%	Promover a educação e valorizar a qualificação das pessoas	Inclui propostas sobre a qualificação dos jovens e dos ativos numa base conjunta e articulada, facilitar o exercício profissional no contínuo urbano e para valorizar o papel dos guias turísticos qualificados

3.2.4. Alguns contributos

- Somos a cidade do “já teve”. Devíamos ser a cidade do “vamos fazer”.*
- Cada vez que a Administração Pública realiza ações nos bairros ela aproxima-se da comunidade.*
- Integração das políticas públicas entre as cidades, contribuindo para a melhora da qualidade de vida da população.*
- Reduzir as abordagens estruturalistas no setor público. De nada adianta um melhor computador se não houver uma pessoa criativa para usar esse equipamento e gerar retorno para a sociedade.*
- É inconcebível um senhor ou senhora de 80 anos ir para uma fila de Unidade de Saúde para “tirar número” às 4h da manhã de um inverno com 7 graus.*
- Estabelecer um Plano de Educação, com vistas à Qualificação Profissional da População, de acordo com os objetivos da Fronteira no que se refere ao seu desenvolvimento.*
- Implementar uma via para peões única para ambas as cidades.*
- Sim, é necessário que os autocarros passem a fronteira em ambos os sentidos.*
- Acesso permanente e comum às especialidades médicas para facilitar o acesso tanto do brasileiro quanto do uruguaio, pois temos especialidades aqui que não existem lá e vice-versa.*
- Caso de agressão à mulher por exemplo é muito comum que o agressor resida do outro lado da fronteira e a vítima do lado de como validar a ordem judicial?*
- Descentralização administrativa para que as tomadas de decisões sobre assuntos de interesses locais, possibilitaria a execução e melhoria da qualidade de vida da população.*
- Utilizar-se do Mercosul enquanto ente de direito comunitário para promover o entendimento e facilitar a circulação fronteiriça (exemplo o projeto).*
- Criação de um campo desportivo binacional com instrutores de ambas as cidades, dirigido principalmente a crianças, adolescentes e terceira idade para promover a atividade física.*



- *Envolver toda a comunidade educativa nos serviços de informação e divulgação dos espaços com interesse histórico e natural.*
- *Que os representantes deixem de pensar só nas eleições e tomem medidas de interesse público, que em muitas vezes afeta o particular e pode não dar votos, mas com certeza trará resultados futuros.*
- *Eu acredito muito no projeto da união Europeia que vem para ajudar a estruturar serviço e também educar a população para preservação do meio ambiente.*

3.2. O contributo da sociedade civil

Entidades, organizações sócio-económicas e da sociedade civil
que deram contributos no decurso da consulta pública

Área temática de atuação	Nº
Total	90
Cidadania	32
Atividade económica e emprego	26
Ensino e qualificação	13
Cidade	9
Proteção social e segurança	4
Ambiente	2
Saúde	2
Administração local e outras organizações	2



03. A Fronteira da Paz hoje

Conhecer o território para identificar uma estratégia.

A **Fronteira da Paz** é uma realidade física caracterizada por uma fronteira seca, um contínuo urbano envolvendo um território de dois países, dois municípios que têm uma longa tradição de cooperação, para a qual contribuíram os vários acordos e tratados entre os dois países.

3.1. Uma identidade

Uma informação detalhada sobre os elementos estatísticos utilizados para descrever a identidade do território encontra-se em anexo

Território

O contínuo urbano de Santana do Livramento – Rivera é composto pelo território das duas cidades vizinhas do mesmo nome, com uma área de **102 km²**.

O Município de Santana e a Intendência Departamental de Rivera estendem-se em conjunto por um território de mais de **16.300 km²**, com uma baixa densidade populacional de cerca de **11 habitantes por Km²**.

População

A população das duas entidades locais representa atualmente cerca de **185.000 habitantes**.

A estrutura etária, embora ainda jovem nos dois Municípios comparativamente à União Europeia, tem vindo a mostrar um certo envelhecimento, com a população jovem a diminuir e a população de mais de 65 anos a aumentar.

Desconhece-se exatamente a dimensão do trabalho informal nos dois Municípios, mas estima-se que seja de vários milhares.

Desconhece-se a taxa de desemprego oficial nos 2 Municípios, mas estima-se que era, no início de 2022, de **7,5 % no Estado do Rio Grande do Sul e de 4,4 % no Departamento de Rivera**. Desconhece-se igualmente a taxa de desemprego jovem (até 24 anos) nos dois Municípios, estimando-se que seja **acima dos 20%**.

A estrutura da população ativa tem evoluído no sentido de uma diminuição do sector primário e de um incremento substancial do sector terciário. Atualmente a agropecuária representa 22,5 %, a Indústria 7,5 % e o comércio e serviços 70 % da população 'formalmente' empregada. Comparativamente, a estrutura da população ativa da UE é de 4,3% no setor primário, 24,9% no setor secundário e 70,8% no setor terciário.



Habitação e desenvolvimento urbano

Mais de **90 % da população** dos dois Municípios está concentrada em área urbana.

Existem no território 67.138 habitações. Cerca de **94 % da população** vive em habitações com acesso a água canalizada e recolha de lixo, mas somente **47 % tem ligação a rede de esgotos**. É ainda de assinalar a existência de bairros ilegais.

Equipamentos

Água potável e águas pluviais

Os 2 Municípios em conjunto consomem por mês pelo menos 972 000 m³ de água potável canalizada, o que equivale a pelo menos **175 litros / Habitante / dia** em média. Cerca de 91 % deste consumo é para uso doméstico e 9 % para outros usos designadamente Comércio e Serviços. São dados subestimados pois esta em curso uma avaliação do consumo real em Santana do Livramento.

Não se conhece o volume das águas pluviais produzidas nos dois Municípios. No futuro este recurso existente e não utilizado pode constituir uma importante parte da água disponível para usos designadamente não domésticos.

Esgotos

53 % da população dos 2 Municípios não tem acesso a rede de recolha de esgotos. Presume-se que a restante parte da população, 47 %, recorre a fossa séptica ou equivalente.

Os 2 Municípios, principalmente em área urbana, produzem por mês cerca de 382.000 m³ de esgoto, o que equivale a 2.040 litros / Habitante / mês, ou a 68 litros /Habitante / dia. O esgoto de origem industrial não está ainda contabilizado.

Não existe um sistema de tratamento secundário de esgotos que permita posteriormente uma utilização das águas de esgoto tratadas para usos, como por exemplo na agricultura e rega de espaços verdes.

Resíduos sólidos urbanos

Existe nos dois Municípios um sistema de recolha tradicional e tratamento primário (aterro / relleno sanitario) de RSU. Não existe ainda um sistema de separação seletivo específico no domicílio (ex. lixo doméstico, papel – cartão, plásticos e vidro).

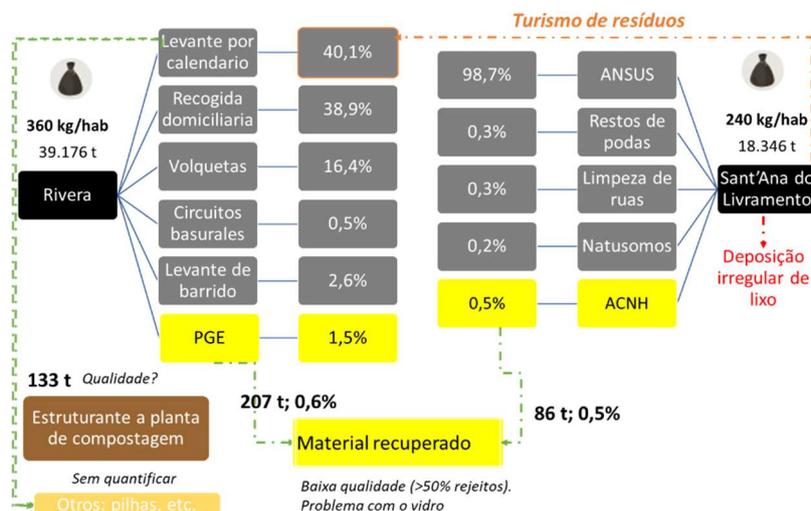
Não existe também uma rede de reciclagem estruturada que permita desenvolver uma economia circular organizada de aproveitamento de RSU de forma económica e sustentável. Existe, porém, em Rivera, um esquema formal de recolha seletiva organizada pela Intendência e outras entidades que intervêm de forma articulada e realizada por catadores (Cooperativa Renacer del Norte). Em Santana do Livramento este trabalho é totalmente informal.

No sistema existente de recolha de resíduos urbanos são recolhidas 54.018 toneladas por ano, equivalente a **291 kg / habitante / ano**, isto é, em média cada cidadão produz **0,8 Kg/dia**, dos quais 59 % corresponde a matéria orgânica, 13 % papel e 12 % plástico.



A recolha seletiva net de recicláveis corresponde apenas a 292.000 kg / ano (2020).

Diagrama do fluxo de resíduos em Rivera e Santana do Livramento, em 2020



Estes valores mostram o enorme potencial de reciclagem de RSU, que justificam uma reciclagem sistemática que se considera dever ser organizada e estimulada.

Educação

O contínuo urbano possui 10 estabelecimentos de ensino superior o que constitui um potencial importante de desenvolvimento, se bem que somente 33 % da população possui um curso médio ou superior.

A população escolar em 2020 era de cerca de 43.000 alunos para o conjunto dos vários graus de ensino.

Saúde

A esperança de vida nos 2 Municípios é de cerca de **77 anos**, quando na UE 27 é de 81,3 anos.

O contínuo urbano possui uma capacidade de 443 camas hospitalares e 60 camas de cuidados intensivos, distribuídos por 5 unidades hospitalares, das quais 2 são públicas e 3 privadas. E possui no total 411 médicos e 539 enfermeiros.

As dificuldades sentidas no lado de Santana do Livramento estão claramente expressas nas conclusões da Conferência Municipal de Saúde de 2019 (Plano Municipal de Saúde pp 33-37).

Custos económicos dos equipamentos

Nada é gratuito. Toda a ação pública tem um custo para a sociedade a suportar pelo contribuinte em geral, direta ou indiretamente.



Porque é necessário investir em infraestruturas, equipamentos e disponibilizar ajudas à economia e emprego, implica mobilizar recursos que proveem da receção de impostos e ou da contração de dívida que mais tarde ou mais cedo tem de ser honorada, e que terá o seu custo. É por isso importante conhecer quanto custa investir para melhorar o bem-estar económico e social.

Estes custos devem ser públicos e atualizados para que haja consciência geral e também para que os Municípios sejam encorajados a ter finanças equilibradas, gerando recursos para investir quando necessário, com recursos próprios e eventuais apoios de entidades de nível administrativo superior (Estados federados, Federal ou Governos nacionais).

Exemplos:

- O preço do m³ de água potável canalizada custa aproximadamente ao consumidor US\$ 0,84 em Santana e varia entre 0,67 e 2,51 em Rivera.
- O custo de uma nova ligação à rede de esgoto é de 91 a 162 dólares US \$.
- O preço do m³ de esgoto pago por cada habitação ligada à rede é de 0,59 a 2,38 dólares US\$. e de 0,8 a 2,7 para o comércio e serviços.
- O custo de construção de novas escolas por aluno varia de 1.990 dólares US\$¹ (ensino primário) até 2.676² para o ensino superior³.
- A recolha, transporte e tratamento dos RSU e o serviço de higiene urbana custa anualmente aos 2 Municípios cerca de 3,7 milhões de US \$, correspondendo a cerca de US\$ 20 por habitante, com um autofinanciamento do serviço de 71 %.

Mobilidade

Os dois Municípios possuem cada um uma frota de autocarros para transporte coletivo urbano, mas não existe uma rede de transporte coletivo interurbano cobrindo as duas cidades (continuo urbano).

Existem equipamentos de transporte ferroviário prontos a ser usados, mas praticamente sem utilização, o mesmo acontecendo com o aeroporto internacional localizado no território de Rivera.

Agenda digital e telecomunicações

Existem mais de 67.000 habitações no continuo urbano, mas só **36.892 (55 %)** possuem ligação fixa à internet, com diferenças entre Santana e Rivera (neste caso 93,7 % estão ligadas). Não se conhece o número de famílias conectadas a internet nas áreas rurais.

¹ \$U 83.600, dado fornecido por Rivera em Fevereiro 2022, taxa de câmbio aplicada 1US\$ = 42 \$U

² \$U 112.393, dado fornecido por Rivera em Fevereiro 2022, taxa de câmbio aplicada 1US\$ = 42 \$U

³ Dados relativos exclusivamente a Rivera convertidos de pesos uruguaios em dolares US.



Não se conhece o grau de penetração da banda larga em Santana, em Rivera ela é de 88 %, e de 91,4% de banda larga fixa. Também não se conhece o grau de penetração de banda larga móvel (telefone movel, 3G e 4G) em Santana, todavia em Rivera a informação disponível permite concluir um grau de penetração de 90, 91,5 e 100 % - Cidade, respetivamente.

Economia e poder de compra das populações

A economia do território é principalmente assente nos sectores agrícola e pecuário e numa forte presença do comércio e serviços, sendo fraca a presença da indústria.

Existem nos 2 Municipios em conjunto **10.993 empresas**, das quais 2.264 na agropecuária, 906 na indústria e construção civil e 7.823 no comércio e serviços.

O emprego formal representa cerca de 41.000 trabalhadores formais, dos quais 15.000⁴ em Santana e 26.000⁵ em Rivera. Desconhece-se com exatidão o número de trabalhadores informais no conjunto do contínuo urbano. Como referencial, no Departamento de Rivera o trabalho informal representa cerca de 39,5% do ativos, dos quais cerca de 75% exercem atividades por conta própria.

O PIB (Produto Interno Bruto) dos 2 Municipios em conjunto representa cerca de 1.842 milhões de dólares US\$, com um PIB por habitante de cerca de 9.496 dólares US\$.

O rendimento médio por agregado familiar é da ordem dos 846 dólares US\$.

Cultura, património natural e turismo

O contínuo urbano tem um enorme potencial cultural cujo desenvolvimento deve estar associado ao desenvolvimento do parque hoteleiro existente.

Dos 2 lados da fronteira existe um património cultural (sítios a visitar, igrejas, museus, imoveis classificados, vários eventos anuais binacionais, gastronomia e enologia, etc.) e natural (paisagens, lagos, etc.).

Segurança

A segurança de pessoas e bens é uma matéria de grande sensibilidade para os cidadãos, que requer atenção especial numa política de desenvolvimento urbano e económico-social sustentável. Os indicadores de criminalidade existem para o demonstrar.

Outros indicadores existem ligados às ameaças resultantes das alterações climáticas e um exemplo disso é a existência de **8 bairros situados em zona inundável cuja existência põe em risco 1.319 famílias e um total de 5.432 cidadãos.**

Porém ainda não existe para o contínuo urbano:

⁴ Dados IBGE de 2020 (pessoal ocupado)

⁵ Informação fornecida pela Intendência de Rivera



- ✓ Um plano de coordenação entre as 2 áreas municipais de prevenção de desastres e de proteção civil, que permita nomeadamente:
 - A prevenção e intervenção conjunta, incluindo a criação de brigadas conjuntas para apoiar as populações em caso de desastres naturais e outros;
 - Uma coordenação com a rede de cuidados de saúde existentes,
- ✓ Um plano conjunto de resposta às consequências das alterações climáticas;
- ✓ A existência de uma brigada policial conjunta de fronteira para facilitar a gestão da fronteira no combate à criminalidade organizada e à imigração ilegal.

Governança

No seu conjunto os dois municípios possuem uma capacidade financeira que é reconhecidamente insuficiente para resolver os problemas que têm de enfrentar – infraestruturas e equipamentos a desenvolver, apoios sociais a executar a favor das famílias mais desfavorecidas (inclusão social e integração no mercado formal de trabalho) e para apoiar os jovens à procura de emprego ou do primeiro emprego. Sendo a população jovem a que mais sofre atualmente em termos de desemprego.

De acordo com as Contas do ano 2020, o total dos dois municípios dispunha de 95 milhões de dólares US de receitas e realizou 102 milhões de dólares US de despesa. Estes números evidenciam um défice sistemático entre receitas e despesa que vem já de alguns anos atrás, designadamente de 2019. Se bem que se nota um equilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes.

Seguramente não será possível aos dois municípios realizar os projetos necessários sem um apoio financeiro externo, quer dos governos estadual e federal no caso de Santana, quer do governo nacional no caso de Rivera. Ou ainda via apoios externos de entidades supranacionais, cuja possibilidade depende da sua capacidade de endividamento e de garantias dadas pelos níveis administrativos superiores acima mencionados.

Por isso é importante possuir uma estratégia de desenvolvimento credível e uma lista coerente de projetos bem preparados tecnicamente que deverão ser explicitados no Plano de ação desta estratégia.

3.2. Uma reflexão sobre o território

Tudo pode mudar. Se existe uma lição que podemos retirar daquilo que estamos a viver é que nada é garantido. Ter futuro é ser dono do presente.

A Fronteira da Paz tem um conjunto de pontos fortes que fazem a sua força e nos fazem acreditar num futuro melhor:



1 Pontos fortes evidenciados

V Transformar a interioridade numa vantagem comparativa, promovendo uma nova centralidade a partir da localização de fronteira, mitigando a distância relativa aos principais centros urbanos

V Uma tradição consolidada de cooperação entre os dois municípios, que confere uma maior e mais efetiva capacidade de superação dos problemas, com ambição para evoluir para um novo patamar de desenvolvimento conjunto, sustentável, coerente e partilhado

V A qualidade do ambiente, incluindo a riqueza ímpar do aquífero de Guarany, a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã e do próprio Bioma Pampa, dá corpo à ambição de vir a ser uma cidade reconhecida pela qualidade de vida dos seus cidadãos e atração para os visitantes

V A existência de instituições universitárias, que permite qualificar os cidadãos, perspetivar um cluster do ensino ao longo da vida e uma interação permanente município-empresas-universidades

V Um setor agropecuário gerador de riqueza e de ocupação de ativos, com uma estrutura produtiva de base familiar que viabiliza um compromisso construtivo entre a salvaguarda do património natural, a produção de alimentos e a criação de valor acrescentado inovador a partir os produtos locais

Tem um conjunto de fraquezas que, uma vez ultrapassadas, podem constituir uma força adicional:

2 Debilidades reconhecidas

V A fragilidade do tecido empresarial, associada à incipiente capacidade para atrair a instalação de empresas e captar investimentos produtivos, induzindo a uma expressiva falta de emprego, associado à preocupante dimensão das diversas formas de atividade informal, geradores de um baixo nível de rendimento e de desigualdades sociais acentuadas que colocam a política de inclusão social no centro de uma estratégia de médio prazo.

V A recolha dos lixos urbanos que, conjuntamente com o escoamento dos efluentes líquidos e a deficiente limpeza dos espaços públicos, afeta seriamente a qualidade de vida dos cidadãos, a atratividade da cidade e limita o potencial do turismo e do comércio como motores do desenvolvimento económico.

V Uma administração local distante dos cidadãos e pouco proativa, apesar das flutuações que resultam dos ciclos políticos, evidenciando recursos financeiros insuficientes para faer face ao volume de investimentos necessários em infraestruturas, equipamentos, apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho e apoio à inclusão social dos mais desfavorecidos.

V A baixa mobilidade dos cidadãos, resultante do estado de manutenção das ruas e das estradas envolventes do espaço urbano e da debilidade dos transportes públicos, e o insuficiente grau de cobertura da rede digital de alta velocidade.

V Percepção da insuficiente qualidade do atendimento e prestação dos serviços de saúde.



A Fronteira da Paz tem à sua frente oportunidades que não pode deixar de aproveitar:

3 Oportunidades a ter em conta

V

A parceria existente ente as duas administrações locais, que pode projetar a sua experiência como paradigma para outros territórios do MERCOSUL, conferindo visibilidade, protagonismo e atraindo recursos financeiros.

V

O Aeroporto de Rivera, com potencial aptidão para estimular o turismo e a captação de empresas e a rede ferroviária existente, quase inativa mas que pode contribuir para o desenvolvimento económico e a mobilidade dos cidadãos.

V

O potencial produtivo de energias renováveis respeitadoras do ambiente e da reciclagem dos RSU para promover a economia circular criadora de emprego.

V

Afirmção crescente de um turismo que valoriza a sustentabilidade ambiental, segurança e higiene, associado à gastronomia e valorizando os segmentos do turismo de compras e do turismo rural.

V

O património natural e de produtos locais e práticas tradicionais, rico e diverso, potenciadores de valor acrescentado e de criação de emprego.

Todavia há ameaças a ter em conta e para as quais uma resposta é necessária e urgente:

4 Ameaças a ter presente

V

A falta de emprego, geradora de pobreza, de emigração dos jovens e do envelhecimento da população, e o restrito leque de opções de formação universitária.

V

A fragilidade do tecido económico e a sua grande dependência das flutuações cambiais

V

A deficiente manutenção do espaço público e das infraestruturas públicas, condicionando a mobilidade, a atividade económica e o potencial turístico

V

As alterações climáticas e a sua incidência no património natural

V

A atividade económica ilícita, associada à inerente criminalidade geradora da insegurança dos cidadãos e de uma concorrência desleal



04. Uma estratégia para 2030

Santana do Livramento forma com a cidade de **Rivera** um contínuo urbano funcionalmente integrado chamado Fronteira da Paz, que historicamente opera informalmente como uma única cidade de 185.000 habitantes, assumindo-se como um dos polos de desenvolvimento do território em que se insere.

Um contínuo urbano com esta relevância não pode ser governado ao sabor da conjuntura de cada momento, por isso se promove um exercício de cidadania destinado a identificar um projeto de desenvolvimento no horizonte de uma década, horizonte temporal que não se limita nem se ajusta aos ciclos políticos da administração local.

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** é preparada num contexto de alívio dos efeitos da pandemia do covid 19 e de algum retomar da vida normal tal como a conhecíamos.

A escolha da palavra “alívio” dos efeitos da pandemia não foi casual, por ser ainda prematuro e provavelmente irrealista falar em final da pandemia. O que inicialmente se supunha que viria a ser apenas uma crise de saúde pública, evoluiu rapidamente para uma crise de valores, de causas, de modos de vida e de hábitos sociais, que por sua vez evoluiu para uma profunda crise social com efeitos avassaladores na economia mundial.

Esta crise trouxe-nos uma outra e nova frente de preocupação no plano político. A democracia deslizou para os limites da sua base conceptual por força das medidas de controlo intrusivo da privacidade, das restrições à livre circulação e do limitado funcionamento das instituições. Pela primeira vez, o combate a um surto epidémico suscita discussão sobre a constitucionalidade e legitimidade democrática de várias das medidas que os governos têm vindo a adotar.

No final desta crise não voltaremos ao ponto de partida. O contexto futuro vai ser seguramente muito diferente.

O modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu nas últimas décadas favoreceu a concentração das populações em grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas, nas quais também se concentrou o apelo dos empregos mais qualificados. Esta excessiva concentração não foi a causa primeira do surto epidémico, mas foi seguramente a causa primeira para a dimensão pandémica que atingiu.

Não obstante a crise das grandes metrópoles, as cidades continuam a ser um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social, facilitam o surgimento de novas iniciativas empresariais, asseguram equipamentos e serviços, sustentam atividades lúdicas e culturais, facilitam o intercâmbio de informação, garantem economias de aglomeração e dimensão crítica.

A resposta à conjuntura de emergência social e de crise económica vai ter que ser inovadora porque os instrumentos clássicos de apoio à manutenção dos postos de trabalho muito provavelmente não serão já suficientemente eficazes.

Que mudanças vai esta pandemia provocar? A única certeza que temos relativamente ao futuro é que não há certeza nenhuma. Esta é uma crise diferente de todas aquelas que conhecemos e vivemos recentemente.



Nos últimos anos acentuaram-se tendências que certamente se vão manter: a luta contra as causas socioeconómicas indutoras das alterações climáticas, a aposta na sustentabilidade e nas energias limpas. Vai acentuar-se a importância da saúde pública, impondo-se as cidades mais saudáveis e amigas do ambiente. A segurança vai ganhar certamente peso acrescido nas cidades ainda que com um conceito mais alargado, não limitado à delinquência, criminalidade e insegurança, mas agora largado aos temas da saúde, da alimentação e da cibersegurança.

A digitalização já estava inscrita na agenda urbana, o confinamento apenas acelerou a dinâmica deste processo. As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram os nossos modos de comunicar, de viver e de trabalhar. Elas mudaram as nossas sociedades e as nossas economias. A *internet das coisas* está a conectar-nos de novas formas. Depois do conhecimento e das pessoas, são agora os dispositivos físicos e os sensores que se conectam.

Precisamos de cidades mais digitais e mais flexíveis na interação com as novas dinâmicas económicas e sociais, com maior participação ativa dos cidadãos e dos consumidores na transformação energética, através da criação de valor. Precisamos de cidades inteligentes.

O contínuo urbano formado por Santana do Livramento e por Rivera, uma cidade, dois países, pode legitimamente ter a ambição de se afirmar como uma comunidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar. Mantendo uma escala humana, pode ambicionar um elevado padrão de qualidade de vida, sustentabilidade, inclusão social e coesão local. Uma economia atrativa para captar investimentos e estimular a criação de emprego, que promova o empreendedorismo e a criatividade.

Estando numa localização de fronteira, distante dos principais centros urbanos, pode transformar essa localização numa vantagem competitiva.

Mas deve ambicionar sobretudo ser um espaço de inclusão e de solidariedade, que não deixa para trás os mais fragilizados, que troca o assistencialismo por uma economia social dinâmica e empreendedora, que promove a troca de economias paralelas de mera subsistência pela dignidade conseguida através de projetos de economia social inovadora e sustentável.

4.1. Uma visão para o contínuo urbano

Os Parceiros do projeto Fronteira da Paz ambicionam dotar o território de uma estratégia de médio-longo prazo não condicionada aos ciclos políticos da administração local, elaborada de forma participada, constituindo um verdadeiro exercício de cidadania e que assente numa visão estratégica para o contínuo urbano:



**Fronteira da Paz,
Uma cidade de dois países. Um espaço de cidadania.
Uma cidade que promove o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.**



Não se trata de formular uma estratégia para captar apoios financeiros exteriores. Não se trata de promover uma mera operação de marketing comunicacional.

Trata-se de identificar uma visão estratégica para o contínuo urbano constituído pelas cidades de Santana do Livramento e de Rivera, que sustente uma estratégia que permita superar os constrangimentos atuais e valorizar todas as oportunidades e potencialidades.

Identifica uma visão estratégica para a cidade e organiza-se numa base matricial em objetivos estratégicos, vetores de ação e linhas de intervenção. Para cada vetor de ação são identificados os resultados esperados e os atores envolvidos:

Objetivos estratégicos	
01.	Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado
02.	Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego
03.	Uma cidade sustentável e amiga do ambiente
04.	Uma comunidade inclusiva e participada
05.	Uma administração próxima dos cidadãos

Domínios temáticos	
1	Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado Política urbana
2	Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego Desenvolvimento económico e emprego
3	Uma cidade sustentável e amiga do ambiente Ambiente
4	Uma comunidade inclusiva e participada Inclusão social
5	Uma administração próxima dos cidadãos Eficiência administrativa

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural.



4.2. Os objetivos estratégicos e os vetores de ação

5.4.1. Síntese matricial

Objetivo estratégico	01.	Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado
Vetor de ação	1.1	Uma área urbana funcional: a matriz do território
Vetor de ação	1.2	Um contínuo urbano e um território coesos, com um planeamento reforçado para uma visão estratégica para a cidade
Vetor de ação	1.3	Uma cidade inteligente, feliz e sustentável, que desenvolve abordagens <i>smart city</i> para estar mais e melhor preparada para antecipar o futuro
Vetor de ação	1.4	Uma mobilidade para reduzir distâncias e aproximar pessoas
Objetivo estratégico	02.	Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego
Vetor de ação	2.1	Promover a educação e valorizar as competências dos cidadãos
Vetor de ação	2.2	Promover o emprego na economia local
Vetor de ação	2.3	Motores do crescimento sustentável: o turismo, o comércio e a economia circular
Vetor de ação	2.4	Marketing territorial para promover a imagem do contínuo urbano
Objetivo estratégico	03.	Uma cidade sustentável e amiga do ambiente
Vetor de ação	3.1	Um espaço urbano saudável e bom para viver, que forma um contínuo harmonioso com a envolvente rural
Vetor de ação	3.2	Promover a saúde e a qualidade de vida para todos e ao longo da vida
Vetor de ação	3.3	Antecipar a transição energética
Vetor de ação	3.4	Uma cidade viva: os fluxos metabólicos do contínuo urbano
Objetivo estratégico	04.	Uma comunidade inclusiva e participada
Vetor de ação	4.1	Uma cidade de dois países, integrada, segura e funcional
Vetor de ação	4.2	Os cidadãos são o centro: uma cidade inclusiva e de bem estar
Vetor de ação	4.3	A revitalização do espaço público e a habitação



Objetivo estratégico	05.	Uma administração próxima dos cidadãos
Vetor de ação	5.1	Um planeamento estratégico para o futuro do contínuo urbano. Ouvir, acompanhar, avaliar em conjunto, preparar o futuro
Vetor de ação	5.2	Uma gestão municipal para os cidadãos. Novos modelos de atuação
Vetor de ação	5.3	Recursos financeiros para a ambição
Vetor de ação	5.4	Respeitar a fronteira política. Eliminar as fronteiras artificiais.

5.4.2. Os vetores de ação

Objetivo estratégico 01. Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado

A cidade não é apenas o centro, mas também todos os bairros que a compõem e nos quais as pessoas vivem, bairros que, devido à sua dispersão, implicam mais dificuldades na gestão dos serviços públicos. O contínuo urbano deve ser composto pelo perímetro urbano propriamente dito das duas cidades de Santana do Livramento e Rivera, ao qual se associam as áreas rurais envolventes necessárias ao seu desenvolvimento sustentável.

Vetor de ação 1.1 Uma área urbana funcional: a matriz do território

As cidades pequenas, médias e periféricas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social: facilitam o aparecimento de novas iniciativas empresariais, garantem equipamento e serviços, apoiam atividades recreativas e culturais; facilitam a difusão de informação, economias de aglomeração e dimensão crítica.

As áreas urbanas funcionais para o desenvolvimento urbano sustentável podem e devem ultrapassar as demarcações administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais.

Os cidadãos do contínuo urbano querem mais e melhor planeamento conjunto, que responda às necessidades sentidas pelos cidadãos e pelos atores económicos e aplique os critérios de sustentabilidade tais como definidos pela Agenda Urbana das Nações Unidas.

Os objetivos de desenvolvimento do contínuo urbano devem dar resposta:

Às necessidades básicas da sua população atual e futura.

- ✓ Oferta de habitação suficiente para todos, com ligação às redes de abastecimento de água, esgotos e seu tratamento e recolha de resíduos sólidos com triagem inicial;



- ✓ Acesso a uma rede de transporte eficaz e moderna, que inclua transportes urbanos e interurbanos, ciclovias, ferrovia e aeroporto, que permita o seu fácil e cómodo acesso aos locais de emprego e serviços;
 - ✓ Garantia de segurança de pessoas e bens;
 - ✓ O acesso à rede de alto débito da rede telefónica movel e internet rápida;
-  **À necessidade de possuir equipamentos públicos e infraestruturas de qualidade**, o mais possível próximo das zonas residenciais (não mais de 15' de distância a pé).
- ✓ Educação e ensino pré-primário, secundário e superior;
 - ✓ Saúde;
 - ✓ Uma adequada oferta de espaços verdes públicos e de zonas pedonais;
 - ✓ Serviços públicos bem organizados para o atendimento;
 - ✓ Zonas de atividade comercial adequadamente distribuídas para facilitar o acesso;
-  **À necessidade de possuir uma área rural envolvente organizada e articulada com os centros urbanos.**
- ✓ Limitando a expansão territorial das áreas residenciais;
 - ✓ Prever a existência de zonas de proteção agropecuária e promover a atração de jovens para estas atividades;
 - ✓ Que seja alimentada por um sistema de transporte urbano e interurbano coletivo eficaz ligado aos centros urbanos principais;
 - ✓ Que seja o suporte em abastecimento de produtos frescos aos centros urbanos que a circundam;
-  **À necessidade de possuir zonas de atividade económica organizadas e bem equipadas, de forma a atrair empresas criadoras de emprego estável.**
- ✓ Identificação da sua melhor localização;
 - ✓ Disponibilidade de equipamentos e infraestruturas adequadas (vias, água potável, esgotos, resíduos sólidos, acesso à rede de alto débito e internet rápida);
-  **À necessidade de possuir uma adequada gestão e tratamento dos resíduos**, por razões de saúde pública e económicas.
- ✓ Estação de tratamento dos esgotos apropriada;
 - ✓ Estação de recolha, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, incluindo a sua reciclagem e desenvolvimento de uma economia circular.



Vetor de ação

1.2

Um contínuo urbano e um território coesos, com um planeamento reforçado para uma visão estratégica para a cidade

Uma cidade, dois países, pressupõe e exige que seja promovida uma estratégia de cidade integrada, o que permite reduzir as desigualdades, gerando sinergias e transformar todo o território num polo de referência em sustentabilidade urbana, inclusão social e governação coordenada.

Um contínuo urbano com a relevância da Fronteira da Paz não pode ser governado ao sabor da conjuntura de cada momento, exige um exercício de cidadania destinado a identificar um projeto de desenvolvimento no horizonte de uma década, horizonte temporal que não se limita nem se ajusta aos ciclos políticos da administração local.

Um planeamento integrado afigura-se como a melhor forma de garantir a coerência necessária, e com menores custos económicos e sociais, para a resolução dos problemas.

A Resolução do Mercosul. 13/19, no Acordo de Cidades Fronteiriças Vinculadas, previa já a execução de um Plano Conjunto de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento do Território.



Plano de Ordenamento da Fronteira da Paz, para o contínuo urbano e áreas rurais envolventes que responda às necessidades dos cidadãos e inclua uma abordagem territorial da inclusão social das famílias mais desfavorecidas e vulneráveis. Uma vez aprovado, os atuais planos municipais deverão ser ajustados em conformidade.

Vetor de ação

1.3

Uma cidade inteligente, feliz e sustentável, que desenvolve abordagens *smart city* para estar mais e melhor preparada para antecipar o futuro

Desenvolvimento é muito mais do que fazer uma estrada ou uma infraestrutura. Implica uma visão estratégica e a participação dos cidadãos.

Usar a tecnologia para criar mais tempo. Mais tempo para viver. Evoluir de uma vida urbana para uma vida mais humana.

As pessoas, as famílias e as empresas foram obrigadas a incorporar e a dotar-se de capacidade de mobilidade através da tecnologia. Agora é indispensável, para ser possível continuar com as atividades a partir de casa, manter as relações comerciais, para aceder aos serviços públicos e privados, e mesmo para manter as relações sociais. O teletrabalho ganhou um impulso completamente inimaginável apenas há poucos meses. Esta mudança abre novas perspetivas para os territórios periféricos numa economia do conhecimento, fortemente terciária e digitalizada.

As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram os nossos modos de comunicar, de viver e de trabalhar. Elas mudaram as nossas sociedades e as nossas economias. A Internet das Coisas está a conectar-nos de novas formas. Depois do conhecimento e das pessoas, são agora os dispositivos físicos e os sensores que se conectam.

A Fronteira da Paz deve acompanhar esta dinâmica e promover a capacitação e inclusão digital dos cidadãos, a transformação digital do tecido empresarial e a digitalização dos serviços públicos.





- 🌱 **Plano de Ação para a Transição Digital**, promovendo a cobertura total do contínuo urbano e das áreas rurais vizinhas com rede de fibra ótica de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos e atividades económicas à internet e a transmissão de dados com um débito de pelo menos 100 Mbps.

O plano deve também prever ações e estímulos para a digitalização das pequenas e médias empresas, no seu acesso à rede de transmissão de dados e à sua utilização no processo de gestão e produção.

- 🌱 **Programa Fronteira da Paz com Transportes Digitais**, visando a digitalização nos transportes públicos urbanos e interurbanos, com ganhos de eficiência para os cidadãos e de informação prestada, nomeadamente sobre horários.

- 🌱 **Programa Fronteira da Paz Educa Digital**, programa dirigido à população escolar e à população em geral, orientado para a melhoria da literacia digital dos cidadãos;

- 🌱 **Programa Fronteira da Paz Aproxima Digital**, programa dirigido aos serviços da Prefeitura de Santana do Livramento e da Intendência de Rivera que exercem funções de atendimento do público, orientado para o desenvolvimento do atendimento à distância, a realização de tarefas por via digital e a simplificação de processos.

Vetor de ação

1.4 Uma mobilidade para reduzir distâncias e aproximar pessoas

As cidades e as vilas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social, facilitam o surgimento de novas iniciativas empresariais, asseguram equipamentos e serviços, sustentam atividades lúdicas e culturais, facilitam o intercâmbio de informação, garantem economias de aglomeração e dimensão crítica. Mas esse papel pressupõe e exige a mobilidade, das pessoas e das atividades.

A mobilidade implica que os cidadãos possam dispor de meios para se deslocar para o trabalho, para o acesso aos serviços e para o seu lazer, seja por meios individuais (como a viatura, a bicicleta) seja por meios coletivos (transporte público urbano, ferrovia, aéreo).

A mobilidade significa também a possibilidade de às empresas serem disponibilizadas infraestruturas e equipamentos apropriados ao seu desenvolvimento e operacionalidade, como é o caso da ferrovia e do transporte aéreo.

Santana e Rivera encontram-se a 490 km por rodovia de Porto Alegre e a 8 horas de trajeto em autocarro para Montevideo.

- 🌱 **Plano de Mobilidade da Fronteira da Paz**. Plano de médio-longo prazo com a definição dos investimentos estratégicos a promover nas redes viária, ferroviária, transportes urbanos e interurbanos e de transporte ligeiro (ciclovias e vias pedonais), e na articulação destas redes com o transporte aéreo.



O plano deve ponderar a utilização das infraestruturas ferroviárias existentes para o transporte de passageiros e mercadorias, designadamente nas ligações às duas principais grandes aglomerações de Porto Alegre e Montevideo, tornar efetiva a ligação de transporte de passageiros e mercadorias de Santana do Livramento até Porto Alegre e Região de São Paulo, via Cacéqui e a ligação de transporte de passageiros e mercadorias de Rivera até Montevideo (hoje só possível para passageiros até Tacuarembó – 100 km num total de 563).

Deve também considerar a modernização do aeroporto internacional de Rivera, como aeroporto do contínuo urbano, organizando o tráfego principalmente para as cidades de Porto Alegre e Montevideo, estudando a hipótese de uma linha de ferrovia urbana para a ligação ao aeroporto.

Objetivo
estratégico

02.

Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego

Como conseguir uma cidade mais atrativa, que a distinga de outros territórios?

Obter um ambiente social, económico e político adequados que ofereça recursos humanos qualificados, infraestruturas, segurança, condições ambientais e urbanas favoráveis, com uma cidadania coesa, ativa e participativa. As cidades e os seus territórios devem poder oferecer um projeto que inspire e estimule os cidadãos, as empresas e os criadores de conhecimento. Devem ser capazes de produzir elementos de marketing territorial que as diferenciem e identifiquem como únicas.

A logística é hoje o principal elemento de avaliação para a tomada de decisão para um novo investimento. Sem conectividade, a Fronteira da Paz não será competitiva nem atrativa.

Vetor de
ação

2.1

Promover a educação e valorizar as competências dos cidadãos

A educação é mais do que escolarização. A competência é o conhecimento em ação. Formar é preparar para um mundo que ainda não existe.

Educar inclui promover um grande programa de formação complementar artístico, linguístico, cultural, desportivo, ambiental, cívico e para o empreendedorismo, voltado especialmente para as crianças e famílias mais carenciadas e excluídas.



Plano de Educação e Qualificação para a Fronteira da Paz. Este plano deve promover o ensino superior para responder aos novos desafios da sociedade, como a digitalização, o ambiente e a gestão empresarial, promover a qualificação dos jovens e dos cidadãos em geral, incluindo as *soft skills*, para responder aos novos desafios da sociedade, como a digitalização, o ambiente e a gestão empresarial e promover a qualificação profissional dos trabalhadores.





O plano deve identificar também as infraestruturas e os equipamentos que assegurem uma educação e qualificação com qualidade e dimensão para as necessidades atuais e futuras e promover ainda a qualificação profissional de trabalhadores em áreas de manifesta falta de mão de obra sentida pelas empresas e pelos cidadãos em geral (ex. canalizadores, eletricitistas, trabalhos de construção civil, etc.).

Vetor de
ação

2.2 Promover o emprego na economia local

Uma cidade inteligente está mais e melhor preparada para antecipar as necessidades, aprofundando a estratégia de desenvolvimento na articulação universidades e escolas – empresas – administração local. Os apoios sociais e as medidas de apoio à manutenção do emprego devem valorizar o tecido de pequenas e médias empresas locais e regionais, dos pequenos empresários em nome individual, dos empreendedores e dos trabalhadores autónomos. Devem também estimular o empreendedorismo e evitar o assalariamento dos pequenos empresários que conjuntamente necessitaram de apoio para sobreviver.

Transformar a interioridade da Fronteira da Paz numa vantagem comparativa. Ter a ambição de promover a criação de um polo de atratividade de investimento, no domínio da competitividade empresarial, através da criação de uma área de acolhimento empresarial a localizar de forma contígua nos dois lados da fronteira, que não se limite a disponibilizar terrenos para a instalação de empresas, mas que procura oferecer vantagens competitivas para as empresas que se venham a instalar, através da prestação de serviços de logística, comunicações digitais, serviços partilhados, apoio transitário, etc.

-  **Plano para a promoção do emprego.** Plano de médio prazo que vise a criação de mais 3.000 novos empregos formais, diminuindo os empregos informais e conferindo uma especial atenção ao emprego de jovens e desempregados das famílias mais desfavorecidas.
-  **Programa Fronteira da Paz Empreendedora,** visando a promoção do empreendedorismo junto da população escolar, contrapondo a atitude empreendedora à lógica do assalariamento, a criação de um centro de empreendedorismo que inclua uma incubadora de projetos de empreendedorismo, envolvendo a participação das instituições universitárias, das escolas e das organizações empresariais.
-  **Programa Fronteira da Paz Solidária,** visando a capacitação dos recursos humanos das cooperativas e das associações, envolvendo a participação das instituições universitárias, das escolas e das organizações empresariais.
-  **Programa Fronteira da Paz Voluntária,** para a promoção do voluntariado junto da população escolar, especialmente dirigido para os temas do ambiente, da economia circular e da inclusão social.
-  **Programa Fronteira da Paz Dinâmica,** visando a criação de uma área de acolhimento empresarial a localizar de forma contígua nos dois lados da fronteira, concebido segundo um modelo de nova geração, que além do



alojamento empresarial presta serviços de logística, comunicações digitais, serviços partilhados, apoio transitário e outros.

Vetor de
ação

2.3

Motores do crescimento sustentável: o turismo, o comércio e a economia circular

O relançamento da economia deve incluir uma estratégia de captação de empresas e atividades que valorizem os recursos e ativos, promovendo a criação de novas unidades de produção menores, mas mais flexíveis, que incorporem os conceitos de economia circular, que promova o empreendedorismo para jovens, promova soluções para as necessidades de reconversão e adaptação profissional a novas exigências e estimule um maior compromisso da economia com o território.

Apostar no empreendedorismo e na inovação para valorizar a economia local e o tecido das pequenas empresas.

-  **Plano para a promoção do turismo**, plano de médio-longo prazo baseado na qualidade do ambiente, nas potencialidades do património cultural, natural e na gastronomia e ainda na atratividade do comércio local. Deve incluir uma identificação das infraestruturas turísticas que importa criar para atrair investidores.
-  **Programa Fronteira da Paz Mais Verde**, orientado para a valorização da pequena agricultura familiar, das produções locais e a criação de condições que tornem o mundo rural atrativo para os jovens agricultores, ajudando a necessária reestruturação e modernização do tecido das pequenas e média empresas.

Vetor de
ação

2.4

Marketing territorial para promover a imagem do contínuo urbano

Um contínuo urbano que se pode afirmar pela qualidade de vida para todos e ao longo da vida, segundo padrões de sustentabilidade, inclusão, mobilidade, eficiência e conciliação da vida profissional e familiar, que qualifica os cidadãos para novas e mais flexíveis exigências profissionais.

-  **Plano de marketing territorial**, plurianual que inclua a identificação de uma estratégia de médio prazo assente nos valores da identidade do território e na valorização da marca Fronteira da Paz.

Objetivo
estratégico

03.

Uma cidade sustentável e amiga do ambiente

As cidades devem oferecer qualidade de vida aos seus cidadãos. Desde 2010, mais de metade da população mundial vive em cidades e, se a tendência continuar, esta proporção aumentará para dois terços até 2050. Isto coloca uma



enorme pressão sobre a terra, com consequências óbvias para o ambiente urbano. Porque a cidade ecológica não é apenas uma questão de satisfação e qualidade de vida, mas sobretudo uma cidade saudável, uma vez que as políticas ambientais têm um impacto muito importante sobre a saúde dos cidadãos.

Vetor de
ação

3.1

Um espaço urbano saudável e bom para viver, que forma um contínuo harmonioso com a envolvente rural

Viver bem com menos. Já saímos dum tempo de crescimento contínuo e ambição de aumento de riqueza. O nosso futuro passa pelo bem-estar, pela qualidade e pela suficiência. É prioritário reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética. Deve ser dada maior atenção à relação entre a cidade e a zona rural circundante. As relações rurais-urbanas devem ser consideradas na definição de políticas de desenvolvimento urbano sustentável.

A paisagem é gerida a partir do prato e das opções dos consumidores, maioritariamente urbanos. A sustentabilidade do espaço urbano pressupõe e exige a captação de novos empreendedores agrícolas e florestais

-  **Plano de gestão conjunta dos espaços verdes e dos parques naturais**, prevendo o incremento das áreas verdes e a sua distribuição pelo contínuo urbano. Deve incluir também o aproveitamento das águas pluviais e dos efluentes das estações de tratamento de águas residuais na manutenção dos espaços verdes e noutras utilizações urbanas.
-  **Plano de empreendedorismo de base rural**, visando a captação de jovens novos empreendedores agrícolas e florestais e a difusão de práticas produtivas amigas do ambiente.
-  **Plano de reforço da sustentabilidade do mundo rural**, visando a identificação dos pontos críticos e das respostas a dar às alterações climáticas para reforçar a sustentabilidade da produção agroflorestal e alimentar.
-  **Programa Fronteira da Paz Previne para Continuar**, visando sensibilizar a população urbana em geral e a população escolar em particular para a importância ambiental da pequena agricultura familiar e das produções de base local.

Vetor de
ação

3.2

Promover a saúde e a qualidade de vida para todos e ao longo da vida

Promover a saúde e a qualidade de vida para todos e ao longo da vida, segundo elevados padrões de sustentabilidade, inclusão, mobilidade e eficiência. Estatisticamente, estão já a nascer em 2022 as pessoas cuja esperança de vida poderá aproximar-se dos 150 anos. Paradoxalmente, o acesso aos cuidados de saúde nunca foi financeiramente tão exigente nem tão escasso.



A saúde das populações é um fator de bem-estar dos cidadãos que depende da qualidade do meio ambiente, mas está também e essencialmente ligada à qualidade dos cuidados primários e de especialidades, pressupondo a existência de infraestruturas e equipamentos que permitam responder 24h / 24h às necessidades da população, seja a sua natureza pública ou privada.

Os cidadãos procuram naturalmente o melhor serviço possível em função das suas possibilidades, o que leva a repensar o modelo existente, considerar as infraestruturas e equipamentos existentes⁶, a sua melhoria e modernização significativas, prevendo nomeadamente:

- ✓ construção de uma nova infraestrutura binacional com novos equipamentos e mais modernos, se for possível;
- ✓ melhoria significativa do atendimento, percecionado pelas populações como insuficiente⁷.
- ✓ mutualização de serviços tornando-os acessíveis a toda a população da Fronteira da Paz, mediante protocolos de compensação de custos a celebrar entre os dois municípios:

Partilhar os recursos e as qualificações existentes é conciliável com a territorialidade da posse e da prestação de contas.

-  **Plano de saúde para a Fronteira da Paz**, identificando as valências, os programas profiláticos a realizar e os meios mobilizados para o conjunto dos cidadãos do contínuo urbano.
-  **Mapeamento das infraestruturas de saúde** existentes e das necessidades de investimentos a realizar e dos recursos humanos e técnicos a obter, configurando um modelo de repartição pelo contínuo urbano equilibrado, realizável e que tenha por foco as necessidades dos cidadãos.
-  **Modelo jurídico-administrativo e financeiro** para a utilização conjunta por toda a população do contínuo urbano dos recursos de saúde disponíveis, conciliando o princípio da partilha com as regras de enquadramento orçamental e de disciplina financeira de cada instituição.

Vetor de
ação

3.3 Antecipar a transição energética

Os municípios são chamados a transmitir ação à sociedade, a influenciar as opções e as decisões. As dimensões da autonomia e da proximidade permitem antecipar o futuro e promover novas formas de energia mais sustentáveis e amigas do ambiente.

É prioritário reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética nomeadamente na habitação.

⁶ Os dois hospitais principais existentes são o Hospital da Santa Casa, em Santana, e o Hospital ASSE, em Rivera.

⁷ <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4783/1/tcc%20para%20o%20CD-2019%20PDF.pdf>

Qualidade do Atendimento Público Hospitalar na Fronteira Santana do Livramento – Brasil e Rivera – Uruguai. Um estudo caso., Márcio Costa Castilho Sebastião Airtton da Rosa Cerqueira-Adão



-  **Plano para a transição energética**, incluindo a identificação de fontes energéticas renováveis obtidas através de práticas de economia circular, de medidas de redução de consumos nos serviços municipais e das medidas de estímulo à utilização de fontes renováveis na habitação e nas empresas.

Vetor de
ação

3.4 Uma cidade viva: os fluxos metabólicos do contínuo urbano

Uma cidade é um organismo vivo, os seus fluxos metabólicos são mais do que meras excreções, podem ser sustentáveis, geradores de energia e riqueza. A economia circular ajuda a preservar os recursos naturais. A cidade estará mais limpa e a limpeza será mais económica se os cidadãos não deitarem lixo nas ruas ou não praticarem uma gestão responsável dos resíduos e a reciclagem, mas isto também forçará as autoridades a desenvolver uma política de recursos mais eficiente.

É possível melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos RSU, assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis.

-  **Plano de Gestão Integrada da Água**, incluindo o abastecimento público, a recolha, tratamento de esgotos e aproveitamento dos efluentes, e o aproveitamento das águas pluviais.

-  **Plano municipal de gestão de resíduos sólidos**, conjunto e coerente com a estratégia de economia circular e que incida sobre a recolha, classificação, reutilização e uso económico sustentável dos recursos com ênfase especial na integração de um modelo de participação dos classificadores informais de resíduos sólidos urbanos nas ações de inclusão social.

Nos termos da legislação em vigor, o plano municipal de gestão de resíduos sólidos deve incidir sobre os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Resíduos Sólidos da Construção Civil, Resíduos de Serviços de Saúde e Resíduos Sólidos Industriais.

-  **Diagnóstico da atividade dos classificadores informais de RSU** incluindo a população pobre e muito pobre que trabalham informalmente neste setor.

-  **Programa Fronteira da Paz Mais Limpa**, visando promover a participação dos cidadãos em geral e das escolas em particular na perceção pelas crianças da relevância da salvaguarda da qualidade ambiental e a importância da triagem doméstica dos RSU e da sua reciclagem.



Objetivo
estratégico

04. Uma comunidade inclusiva e participada

O contínuo urbano deve ter a ambição de ser uma cidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar. Mas deve ter também a ambição de ser uma cidade para todos, com oportunidades para a totalidade da sua população.

Vetor de
ação

4.1 Uma cidade de dois países, integrada, segura e funcional

Para que um novo modelo de cidade se assuma como humano deve ter em conta as realidades locais e ser estudado e concebido localmente. Uma área urbana funcional para o desenvolvimento urbano sustentável pode e deve ultrapassar as demarcações administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais.

A segurança vai ganhar certamente peso acrescido nas cidades ainda que com um conceito mais alargado, não limitado a delinquência, criminalidade e insegurança, mas agora largado aos temas da saúde, da alimentação.

 **Plano de prevenção e de reação aos desastres naturais.**

 **Plano para o controlo conjunto da fronteira**, incluindo a constituição de equipas policiais conjuntas.

Vetor de
ação

4.2 Os cidadãos são o centro: uma cidade inclusiva e de bem estar

Usar a tecnologia para criar mais tempo. Mais tempo para viver. Evoluir de uma vida urbana para uma vida mais humana. Promover uma cidade atenta ao plano humano e não se limite ao plano social. Promover um estado social local onde o estado central falhou. Aumentar a prosperidade e o bem-estar através de abordagens de economia social na estratégia de desenvolvimento urbano sustentável.

O projeto Fronteira da Paz promove a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais.

Promove a inclusão social inovadora através de uma estratégia dirigida aos segmentos populacionais mais desfavorecidos, constituídos pela população pobre e muito pobre que trabalha informalmente, nomeadamente na recolha de RSU, motivando-os a participar num projeto que visa a dignificação da sua atividade, a melhoria das suas condições de vida, a criação de mecanismos de proteção social e que promova a criação dos instrumentos financeiros que assegurem a sustentabilidade futura da sua atividade.



Após o encerramento do projeto, a sustentabilidade da estratégia de inclusão social inovadora é promovida através da conceção dos instrumentos financeiros adequados a uma iniciativa de economia social e que sejam atrativos e mobilizadores para a participação de instituições internacionais, nacionais e regionais, nomeadamente a constituição de um fundo de inovação social, a constituição de títulos de impacto social e a para os quais se procurarão como parceiros futuros instituições internacionais e entidades europeias e regionais.

-  **Plano para o desenvolvimento de uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável**, com recurso aos instrumentos inovadores de sustentabilidade financeira detalhados no ponto 5.2.

Vetor de
ação

4.3

A revitalização do espaço público e a habitação

O modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu nas últimas décadas favoreceu a concentração das populações em grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas. Exige-se hoje cidades mais humanas, mais saudáveis e amigas do ambiente. É necessário um sistema urbano organizado, que tire proveito desta nova tendência, com maior sensibilidade social e maior protagonismo social, mais proativo, que seja capaz de promover respostas oportunas e eficazes segundo uma visão estratégica comum.

-  **Plano para a reabilitação urbana da Fronteira da Paz**, que inclua a revitalização dos espaços públicos, a reabilitação do parque habitacional, incluindo uma especial atenção na promoção de habitação condigna e salutar para os mais desfavorecidos.

Objetivo
estratégico

05.

Uma administração próxima dos cidadãos

Os municípios são chamados a transmitir ação à sociedade, a influenciar as opções e as decisões. Os municípios são diariamente chamados a intervir de forma decisiva na frente da saúde pública e na frente do combate aos custos da crise social e económica. Não se podem deixar cair as cidades. Importa recuperar os serviços públicos. Devemos tornar as cidades atrativas para o investimento.

Vetor de
ação

5.1

Um planeamento estratégico para o futuro do contínuo urbano. Ouvir, acompanhar, avaliar em conjunto, preparar o futuro

A dinâmica de uma cidade determina o modo de vida dos cidadãos e dos territórios. Uma cidade não pode ser pensada apenas no curto prazo e numa perspetiva conjuntural. Ter futuro é ser dono do presente.



-  **Programa Uma Nova Administração para a Fronteira da Paz**, visando a criação dos órgãos e estruturas de articulação que viabilizem uma administração local conjunta para o contínuo urbano (Gabinete de Cooperação da Fronteira da Paz, Observatório Socioeconómico da Fronteira da Paz, Fórum da Fronteira da Paz e Cimeira dos Municípios da Fronteira da Paz).
-  **Programa Fronteira da Paz, Duas Administrações, Um Cidadão**, visando a atualização sistemática e programada dos procedimentos administrativos adotados pela Prefeitura de Santana do Livramento e pela Intendência de Rivera promovendo a máxima aproximação possível à luz dos seus enquadramentos legais.

Vetor de
ação

5.2

Uma gestão municipal para os cidadãos. Novos modelos de atuação

A qualidade da administração pública tem um impacto direto sobre o ambiente económico, pelo que é essencial estimular a produtividade, a competitividade e o crescimento do território. melhorar a comunicação e interação entre administrações, otimizar o funcionamento interno e aumentar a transparência para com os cidadãos. Em momentos de crise, os cidadãos reclamam lideranças claras e visíveis.

O exercício da cidadania é essencial num mundo democrático moderno. As pessoas, por definição, são o alvo de todas as medidas tomadas em seu nome. O governo local deve, portanto, tomar a sua opinião em todas as decisões importantes.

-  **Programa Município Próximo**. Programa dirigido aos serviços da Prefeitura de Santana do Livramento e da Intendência de Rivera, perspetivando a distribuição dos serviços que têm relações com os cidadãos pelo contínuo urbano, procurando observar uma distância pedonal não superior a 15 minutos da residência, promovendo uma organização na base de um balcão único (*front office* comum aos vários serviços) e promovendo o tratamento por via *on line*.

Vetor de
ação

5.3

Recursos financeiros para a ambição

O município não deve ser financeiramente pesado para os contribuintes, mas deve ser útil para os cidadãos que nele depositam confiança. Melhorar a eficiência financeira e promover novas formas de financiamento.

-  **Programa Mais Recursos por Menos**. visando uma utilização partilhada e planeada entre a Prefeitura de Santana do Livramento e da Intendência de Rivera da maquinaria, dos meios técnicos e equipamentos em geral que cada um possui, sem prejuízo da manutenção da sua posse.
-  **Programa Uma Central de Compras para Dois Municípios**. Visa a criação de uma central de compras única para a Prefeitura de Santana do Livramento e da Intendência de Rivera, dirigida para a aquisição dos bens e





serviços em que a economia de escala seja relevante, através de procedimentos de concurso público que observe os procedimentos legais aplicáveis a cada um dos municípios.

Vetor de
ação

5.4 Respeitar a fronteira política. Eliminar as fronteiras artificiais.

Fazer da crise um tempo de mudança. A cidadania deixou de ser perspetivada como o mero exercício legítimo da reivindicação. Passou a incluir uma dimensão maior da participação ativa e direta na definição e aplicação das medidas de políticas públicas.

O respeito pela soberania e pelas fronteiras políticas está subjacente a qualquer estado de direito. Mas os cidadãos exigem a eliminação dos entraves burocráticos, das fronteiras físicas e artificiais.

 **Programa Uma Cidadania para a Fronteira da Paz**, visando uma efetiva consagração da figura Cidadão Fronteiriço, através da concessão alargada a todos os interessados do “documento especial de fronteira” e promover a sua utilização nas áreas da saúde, educação e habitação. Deve incluir a realização de ações de divulgação do documento e dos benefícios da sua utilização.

Na Resolução do Mercosul. 13/19, no Acordo de Cidades Fronteiriças Vinculadas, foram estabelecidas as fronteiras vinculadas, incluindo Santana do Livramento-Rivera. O objetivo desta resolução foi estabelecer um tratamento diferenciado para os cidadãos fronteiriços em questões de economia, trânsito, regime de emprego, saúde e residência. Fica estabelecido que a condição de cidadão fronteiriço, será através do documento (Documento Especial de Fronteira) que é emitido pela Polícia Federal do Brasil e pela Polícia Federal do Uruguai.

A sua implementação tem sido limitada, pois ainda não chegou a todos os cidadãos, portanto, otimizar a implementação e utilização do Documento Fronteiriço podem ser ações decisivas para o reconhecimento do Cidadão Fronteiriço.

 **Plano de monitorização, acompanhamento e divulgação dos acordos binacionais**, visando a regular avaliação da efetiva concretização dos vários acordos binacionais celebrados e dos resultados obtidos.



4.3. As metas para 2030

Os indicadores de realização e de resultado apresentados, incluindo as metas para 2030 poderão vir a ser objeto de ajustamentos em resultado dos trabalhos de preparação do **Plano de Ação para 2030** (ver ponto 5.3), documento de natureza operacional cuja preparação carece da prévia definição das opções estratégicas ora identificadas no presente documento. Os mesmos trabalhos de preparação do Plano de Ação para 2030 permitirão completar de forma mais abrangente alguma da informação apresentada para caracterizar o território alvo da agenda urbana (ver ponto 7.2).

Objetivo estratégico **01. Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado**

Indicador		Situação em 2022	Objetivo para 2030
●	Plano de Ordenamento da Fronteira da Paz	Não existe	2024
●	Plano de Ação para a Transição Digital	Não existe	2024
●	Programa Fronteira da Paz com Transportes Digitais	Não existe	2024
●	Programa Fronteira da Paz Educa Digital	Não existe	2024
●	Programa Fronteira da Paz Aproxima Digital	Não existe	2024
●	Plano de Mobilidade da Fronteira da Paz	Não existe	2024
●	Modernização do aeroporto internacional de Rivera	1 Existe	2023
●	Reactivação da ferrovia de passageiros	2 Não existe	2024
●	Criação de uma rede de transporte intermunicipal	3 Não existe	2024

1	Com ligação regular a Montevideo e Porto Alegre.
2	Numa perspetiva de promoção do turismo local



Objetivo
estratégico

02. Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego

Indicador		Situação em 2022	Objetivo para 2030	
●	População activa na Industria (%)	7,5	10 a 15	
●	Numero de empregos informais		Redução	
●	Numero de empregos formais	32 711	Mais 3.000	1
●	Plano de Educação e Qualificação para a Fronteira da Paz	Não existe	2024	
●	Plano para a promoção do emprego	Não existe	2024	
●	Programa Fronteira da Paz Empreendedora	Existe	2024	
●	Programa Fronteira da Paz Solidária	Não existe	2024	
●	Programa Fronteira da Paz Voluntária	Não existe	2024	
●	Programa Fronteira da Paz Dinâmica	Não existe	2024	
●	Parque Empresarial Transfronteiriço da Fronteira da Paz	Não existe	2025	
●	Plano para a promoção do turismo: Um destino, dois países	Existe	2024	
●	Programa Fronteira da Paz Mais Verde	Não existe	2024	
●	Plano de marketing territorial	Não existe	2024	

1 Na modernização do aeroporto de Rivera estão previstos criar 150 postos de trabalho directos



Objetivo
estratégico

03. Uma cidade sustentável e amiga do ambiente

Indicador		Situação em 2022	Objetivo para 2030
●	População com recolha de RSU	93,5%	100,0%
●	População com recolha seletiva de RSU	50,0%	75% a 100%
●	População com água canalizada na habitação	93,5%	100,0%
●	Habitacões com ligação à rede de esgotos	47,0%	80% a 100%
●	Plano de gestão conjunta dos espaços verdes e dos parques naturais	Não existe	2024
●	Plano de empreendedorismo de base rural	Não existe	2024
●	Plano de reforço da sustentabilidade do mundo rural	Não existe	2024
●	Programa Fronteira da Paz Previne para Continuar	Não existe	2024
●	Plano de saúde para a Fronteira da Paz	Existe	2024
●	Mapeamento das infraestruturas de saúde	Não existe	2024
●	Modelo jurídico-administrativo e financeiro para a utilização conjunta dos recursos da saúde	Existe	2024
●	Plano de Gestão Integrada da Água	Não existe	2024
●	Plano de Gestão dos RSU	Em preparação	2024
●	Estação de recolha, tratamento e valorização de RSU reabilitada e operacional	Existe	2023
●	Diagnóstico da atividade dos classificadores informais de RSU	Não existe	2024
●	Programa Fronteira da Paz Mais Limpa	Não existe	2024
●	Plano para a transição energética	Não existe	2024



Objetivo
estratégico

04. Uma comunidade inclusiva e participada

Indicador		Situação em 2022	Objetivo para 2030
●	Regularização de Bairros ilegais	ND	0
●	Bairros inundáveis	8	0
●	Plano de prevenção e de reação aos desastres naturais	Existe	2024
●	Plano para o controlo conjunto da fronteira	Não existe	2024
●	Plano para o desenvolvimento de uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável	Não existe	2024
●	Plano para a reabilitação urbana da Fronteira da Paz	Não existe	2024



Objetivo
estratégico

05. Uma administração próxima dos cidadãos

Indicador		Situação em 2022	Objetivo para 2030
●	Programa Uma Nova Administração para a Fronteira da Paz	Não existe	2024
●	Institucionalização do Gabinete de Cooperação da Fronteira da Paz	Não existe	2023
●	Constituição do Observatório Socioeconómico da Fronteira da Paz	Não existe	2023
●	Organização do Fórum da Fronteira da Paz	Não existe	2023
●	Institucionalização da Cimeira dos Municípios da Fronteira da Paz	Não existe	2023
●	Programa Fronteira da Paz, Duas Administrações, Um Cidadão	Não existe	2024
●	Programa Município Próximo	Não existe	2024
●	Programa Mais Recursos por Menos	Não existe	2024
●	Programa Uma Central de Compras para Dois Municípios	Não existe	2024
●	Programa Uma Cidadania para a Fronteira da Paz	Existe	2024
●	Plano de monitorização, acompanhamento e divulgação dos acordos binacionais	Não existe	2024
●			



05. **Como implementar a estratégia para 2030**

5.1. Uma organização para a integração

Para apoiar, acompanhar e estimular o desenvolvimento e implementação da **Estratégia para 2030**, dando prossecução à estratégia adotada na Agenda Urbana da Fronteira da Paz e desenvolvimento ao Plano de Ação para 2030, vão ser criadas, ou já foram criadas, quando for o caso, as seguintes estruturas organizacionais:

Gabinete de Cooperação da Fronteira da Paz.

Estrutura técnica constituída por técnicos destacados da Prefeitura de Santana do Livramento e da Intendência de Rivera, orientada para a realização das ações previstas no projeto Fronteira da Paz e no apoio técnico à realização das ações a realizar após a conclusão deste.

Constitui “o balcão” em que os cidadãos visualizam as duas administrações locais a atuarem por objetivos comuns e metodologias o mais uniformes possível:

- ✓ Monitorizar o desenvolvimento da Agenda Urbana para 2030 e a concretização do Plano de Ação para 2030;
- ✓ Preparar as propostas técnicas para a atualização periódica da Agenda Urbana e do Plano de Ação para 2030;
- ✓ Preparar as propostas técnicas para o Plano de Comunicação da Fronteira da Paz, a aprovar pela Prefeitura de Santana do Livramento e pela Intendência de Rivera;
- ✓ Apoiar a realização das ações de comunicação;
- ✓ Prestar apoio técnico ao Observatório Socioeconómico da Fronteira da Paz;
- ✓ Divulgar os relatórios e análise produzidos pelo Observatório Socioeconómico da Fronteira da Paz;
- ✓ Prestar apoio técnico ao Fórum da Fronteira da Paz.

Observatório Socioeconómico da Fronteira da Paz

Estrutura técnico-científica constituída por peritos universitários e outros e tecnicamente apoiada pelo Gabinete de Cooperação da Fronteira da Paz, tem por missão a produção regular dos indicadores estatísticos que expressem os resultados do desenvolvimento da Estratégia para 2030 e permitam dar corpo à unidade estatística “contínuo urbano”:



- ✓ Recolher e sistematizar toda a informação estatística disponível sobre a situação na Fronteira da Paz, em estreita colaboração com os serviços municipais e as fontes oficiais de estatística existentes;
- ✓ Produzir análises sobre os assuntos socioeconómicos interessando os cidadãos, os atores económicos e sociais, e os serviços municipais envolvidos;
- ✓ Preparar a informação estatística atualizada e as análises produzidas sobre esta informação estatística

Fórum da Fronteira da Paz.

Fórum anual de apresentação e discussão dos resultados que vão sendo obtidos com o desenvolvimento da Agenda Urbana da Fronteira da Paz e do Plano de Ação para 2030, constitui o lugar de eleição para o escrutínio a realizar pelos cidadãos.

Fórum aberto à participação dos cidadãos, deve contar com intervenções técnico-científicas externas para reforçar o objetivo de realizar uma avaliação crítica dos resultados obtidos.

Cimeira dos Municípios da Fronteira da Paz.

Reunião cimeira anual entre o Prefeito de Santana do Livramento e a Intendência de Rivera, coadjuvados pelos responsáveis dos serviços relevantes em função da agenda e apoiada pelo funcionamento de um secretariado permanente.

A cimeira deve ser preparada ao longo do ano através da identificação dos temas a tratar e da prévia preparação conjunta de projetos de decisão.

5.2. Um contínuo urbano orientado para os cidadãos

O projeto **Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável da Fronteira da Paz** visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento, de Rivera e do contínuo urbano formado por estas duas cidades.

Utilizou como nome e imagem de marca o acrónimo comumente utilizado para designar esta zona da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, Fronteira da Paz, bem simbolizada no espaço público comum que respeita o princípio da fronteira política, mas considera que esta não deve implicar fronteiras físicas nem entraves acrescidos para o dia a dia dos cidadãos.

Compreende-se assim que o projeto se tenha proposto promover a realização de um diagnóstico detalhado e fundamentado dos entraves político-administrativos que condicionam uma gestão partilhada do contínuo urbano,



possibilitando a seguir, e no pleno respeito das soberanias constitucionais vigentes, encontrar soluções práticas que permitam aprofundar a ideia

Uma cidade, dois países.

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz e, com maior detalhe o seu plano de ação, propõe-se dar uma especial atenção à identificação e superação dos referidos entraves legais e político-administrativos.

5.2.1. Síntese de um diagnóstico preliminar

Administração do território

A República Federativa do Brasil é composta pelo Distrito Federal localizado na sua capital (Brasília), 26 estados, e 5.570 municípios. Os municípios brasileiros possuem considerável autonomia, inclusive em matéria fiscal. O município, os estados e o Distrito Federal estão autorizados a cobrar impostos, taxas pelo poder policial ou pela utilização, real ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, e contribuição para a melhoria de obras públicas.

Conseqüentemente, nesta estrutura governamental, Santana do Livramento é um governo de terceiro escalão, precedido pelo governo estadual do Rio Grande do Sul e pelo governo federal.

Santana de Livramento tem plena autonomia e é responsável pela organização, dentre outras, da saúde e da educação. Recebe dotações orçamentárias do Estado para abordar e implementar políticas públicas nessas áreas.

Pelo seu lado, o Departamento de Rivera faz parte da estrutura organizacional como um dos dezanove departamentos da República Oriental do Uruguai. É um governo departamental, localizado no segundo nível da estrutura administrativa do estado. Ou seja, no topo está o poder máximo do governo nacional, o Presidente da República, e na base estão os alcaldes dos municípios. A cidade de Rivera, homônima, é a capital do departamento.

Em Rivera, a Constituição Nacional delega todos os poderes de governo e administração, com exceção da educação, saúde e segurança. De acordo com o seu artigo.262 "o Governo e a Administração dos Departamentos, com exceção dos serviços de segurança pública, serão exercidos por uma Junta Departamental e por um Intendente"

Pontos relevantes:

- ✓ Atenção administrativa: Ao tratar de questões fronteiriças e ao implementar políticas públicas, Santana do Livramento participa de um conglomerado de 5570 municípios, enquanto Rivera participa de um conglomerado de 19 governos departamentais.
- ✓ Distância geográfica em relação aos tomadores de decisão: Santana do Livramento está aproximadamente a 2.338 km do Distrito Federal (Brasília). Rivera está situada a cerca de 500 km da capital do Uruguai (Montevideu).



Enquadramento jurídico das ações na fronteira

- 🌐 Regulamento da Fronteira entre Uruguai e Brasil. Assinado em Montevideu em 20/12/1933, estabelece e trata resumidamente:
 - ✓ Regulação sobre a conservação e novas obras das estradas e autoestradas que atravessam e acompanham a fronteira comum, e não ultrapassem 3 km da linha divisória. (art.I,II,III);
 - ✓ Trânsito e serviços policiais e alfandegários de estradas, rodovias e pontes. Estabelecendo que este regime será por Acordos Especiais. (art.IV) Bem como estabelecer um regime particular para as ferrovias. (art.V);
 - ✓ Estabelece o uso a à-todas as pessoas, agentes de segurança, alfândegas e estabelece a assistência mútua dos agentes de segurança. (art.VI,VII,VIII);
 - ✓ Estabelece as delimitações e restrições de construção no limite demarcado. (at.IX,X,XI), definindo penalidades (art.XV,XVI);
 - ✓ As novas obras são decididas em conjunto, e a mobilidade do material de construção será facilitada (art.XII,XII);
 - ✓ Estabelece a formação de uma Comissão de Verificação, sua missão de controle, inclusive verificando o possível deslocamento de água que corre ao longo da fronteira (Art. XVIII, XIX, XX).

- 🌐 Ajuste Complementar ao Regulamento da Fronteira entre Uruguai e Brasil, celebrado em 16/05/1999. No que se refere à Cooperação Transfronteiriça Brasil-Uruguai o mais relevante neste ajuste aprovado pela lei 17.094, está especificamente estabelecido no (art 8.2) as matérias sobre as quais a cooperação será baseada:
 - ✓ desenvolvimento regional, urbano e rural;
 - ✓ melhoria das infraestruturas e serviços públicos como saneamento, abastecimento de água potável e eletricidade;
 - ✓ comunicações postais e telefônicas;
 - ✓ serviços públicos de saúde;
 - ✓ ajuda mútua em caso de incêndio e outros desastres;
 - ✓ segurança pública, especialmente no que diz respeito ao intercâmbio de informações, assistência policial e judiciária;
 - ✓ circulação de pessoas e mercadorias, ao transporte intermunicipal por meio de ônibus e táxis;
 - ✓ residência e trabalho nas zonas fronteiriças, educação, especialmente o ensino das duas línguas, cultura e desporto;
 - ✓ outras áreas de interesse mútuo, definidas em comum acordo entre as Partes.



- Resolução Mercosul CMC 13/19, de 4 de dezembro de 2019, quando foi realizada a assembleia do Conselho Comum do Mercosul na cidade de Bento Gonçalves, Brasil. Foi nessa ocasião que o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas foi formalmente aprovado.

Esta Resolução compila e formaliza todo o trabalho binacional que vem sendo realizado nas diferentes reuniões binacionais. Sintetizando, os principais objetivos da Resolução são:

- ✓ Estabelecer Cidades Fronteiriças Vinculadas
- ✓ Promover sua integração por meio de tratamento diferenciado para seus habitantes em questões econômicas, trânsito, regime de trabalho e acesso a serviços de saúde, educação e cultura.

Este acordo aplica-se aos cidadãos dos Estados Partes residentes nas cidades fronteiriças vinculadas. Nesse documento está aprovada Santana do Livramento-Rivera, como localidades vinculadas. Ficou acordado também em realizar ações conjuntas, harmonizar procedimentos, buscar coincidências, promover ações em conjunto nas Áreas de Cooperação. A resolução encarrega as autoridades locais de colaborar com suas contrapartes em coordenação com as autoridades estaduais:

- ✓ Saúde Pública: Harmonização de procedimentos e normas.
- ✓ Defesa Civil: Prestar serviços de emergência. devem ser buscadas ações em conjunto para os aspectos técnicos
- ✓ Educação: O objetivo é promover: metodologia de ensino, formação de professores, visão de região integrada, visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade.
- ✓ Patrimônio Cultural: Promover ações que promovam, divulguem e protejam o Patrimônio Cultural Compartilhado.
- ✓ Segurança Pública: combate ao crime: Promover ações conjuntas e planos de cooperação.
- ✓ Plano Conjunto de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento do Território: Os Estados Partes foram convidados a promover o desenvolvimento e implementação de um "Plano Conjunto e Gestão Territorial".

5.3. O plano de ação para 2030

O **Plano de Ação para 2030** é um documento de execução da estratégia definida e apresentada na Agenda Urbana da Fronteira da Paz, e que deve identificar ações, medidas e projetos concretos, calendarizados e identificando os pressupostos e os meios necessário.

Por natureza é um documento mais longo, detalhado e descritivo. Configura-se como o guia para a ação, incluindo:

- ✓ Os objetivos estratégicos adotados na Agenda Urbana da Fronteira da Paz;
- ✓ Os vetores de ação adotados na Agenda Urbana da Fronteira da Paz;



- ✓ Os planos e programas já previstos na Agenda Urbana da Fronteira da Paz, detalhando-os na sua caracterização e calendarização e identificando o modelo organizativo que viabiliza a preparação de cada um;
- ✓ A descrição quantificada e calendarizada dos investimentos a realizar para a concretização da estratégia Fronteira da Paz 2030;
- ✓ As medidas e ações a concretizar, incluindo as alterações legislativas, que tornem numa realidade vivida no dia a dia dos cidadãos o objetivo **Uma cidade, Dois Países**.

Calendário previsional:

Atividade	2023												2024				
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M
Elaboração do Plano de Ação da Agenda Urbana (documento operacional)																	
Versão preliminar para consulta pública	•	•	•														
Consulta pública				•	•	•	•	•									
Aprovação pelo Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável											•						

5.4. Uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável

O projeto Fronteira da Paz promove a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais.

Após o encerramento do projeto, **a sustentabilidade da estratégia de inclusão social inovadora é promovida através da conceção dos instrumentos financeiros adequados a uma iniciativa de economia social e que sejam atrativos e mobilizadores para a participação de instituições internacionais, nacionais e regionais**, nomeadamente a constituição de um fundo de inovação social, a constituição de títulos de impacto social e a para os quais se procurarão como parceiros futuros instituições internacionais e entidades europeias e regionais.

-  **Capacitação para o investimento social**
-  **Títulos de impacto social**
-  **Fundo de inovação social**

A sustentabilidade da estratégia de inclusão social inovadora assenta na contratualização do pagamento por resultados obtidos, em contraponto a uma prática assistencialista.



Procura-se conquistar e manter a confiança dos investidores sociais nos resultados efetivamente obtidos, através dos seguintes princípios:

- ✓ A Prefeitura de Santana do Livramento e a Intendência de Rivera constituem-se como fiéis depositários dos instrumentos financeiros criados;
- ✓ As opções de gestão dos instrumentos financeiros são adotadas por uma comissão constituída por representantes dos municípios, das organizações de catadores, das instituições com atuação na economia social, de bancos e instituições financeiras;
- ✓ A comissão de gestão deve estar dotada de independência de atuação e está sujeita a um sistema de acompanhamento e auditoria externa;
- ✓ Os investidores sociais designam representantes para assegurar o acompanhamento da comissão de gestão e receber os relatórios periódicos de auditoria externa;
- ✓ Os auditores externos são escolhidos mediante um procedimento concursal público e internacional, sendo a seleção assegurada pela Prefeitura de Santana do Livramento e a Intendência de Rivera e a Representação da Comissão Europeia em Brasília convidada a participar no procedimento com voto de qualidade;
- ✓ Os relatórios regulares de auditoria são públicos.

A estratégia de inclusão social será desenvolvida em coordenação com o plano de gestão dos RSU com o objetivo claro e concreto de gerar novas atividades económicas baseadas na utilização sustentável destes resíduos. Assim, estas atividades serão lançadas e acompanhadas nas suas fases iniciais durante a implementação do projeto, mas de forma a torná-las economicamente autossuficientes e, assim, assegurar a sua continuidade, e mesmo o seu crescimento, a médio e longo prazo, como atividades privadas de empreendedorismo.

Com esta abordagem metodológica é promovida a sustentabilidade financeira da estratégia de inclusão social e a sua natureza inovadora.

5.4.1. Capacitação para o investimento social

Realização regular e periódica de iniciativas de capacitação para a inclusão social inovadora e sustentável, mobilizando a participação de membros das instituições e entidades que desenvolvem atividades de inclusão social e também dos potenciais investidores sociais.

5.4.2. Títulos de Impacto Social

Os Títulos de Impacto Social constituem um instrumento financeiro e assumem a forma de um contrato celebrado entre a entidade que exerce atividade no âmbito da inclusão social (por exemplo, associação de catadores) e um ou vários investidores sociais, visando financiar programas, planos ou ações concretas, que incluam metas e resultados objetivos que se propõe atingir.



Os Títulos de Impacto Social assentam nos princípios da contratualização do pagamento por resultados obtidos, da credibilização, através da prévia validação pela comissão de gestão dos instrumentos financeiros, e da prestação de contas, através da auditoria realizada por auditores externos independentes.

Podem beneficiar do financiamento através de Títulos de Impacto Social os programas, planos ou ações concretas, orientados para a obtenção de resultados sociais e ganhos de eficiência em áreas prioritárias de inclusão social.

Como funciona

O programa, plano ou ação concreta projeto deve ser implementado por uma, um mais, entidade que exerce atividade no âmbito da inclusão social e que se propõe alcançar determinados resultados sociais mensuráveis, cujos indicadores e metas devem ser previamente validados pela comissão de gestão dos instrumentos financeiros.

Os resultados sociais a atingir, bem como os seus indicadores e respetivas metas, são previamente definidos, avaliados e validados comissão de gestão dos instrumentos financeiros e contratualizados com um, ou mais, investidor social.

A comissão de gestão dos instrumentos financeiros deve avaliar e validar a relevância dos resultados esperados e a sua adequação à estratégia de inclusão social.

Se esses resultados forem alcançados, os investidores sociais são parcialmente reembolsados do montante investido para atingi-los, numa percentagem mínima de 25% e que deve constar do Títulos de Impacto Social. O reembolso é realizado através do Fundo para a Inovação Social.

Quem pode candidatar-se

Qualquer entidade que exerce atividade no âmbito da inclusão social (por exemplo, associação de catadores).

Investidores sociais

Podem ser investidores sociais quaisquer organizações do setor privado ou da Economia Social (Associações, Fundações, Cooperativas, IPSS, etc.), os municípios, e organizações supranacionais.

Porquê um Título de Impacto Social?

- Possibilidade de promover com dimensão financeira adequada programas, planos ou ações concretas de inclusão social, inovadoras e com potencial impacto para a concretização da estratégia de inclusão social inovadora e sustentável da Fronteira da Paz;
- Possibilidade de apoiar a realização de iniciativas e atividades de inclusão social numa base não assistencialista, mas condicionada à concretização de objetivos, metas e resultados;
- Possibilidade de retorno parcial do contributo financeiro assegurado pelo investidor social, constituindo um fator de estímulo para a continuidade da sua participação;



- Possibilidade de realizar investimento social com uma base de transparência, rigor, avaliação independente dos resultados obtidos;
- Possibilidade de envolvimento em rede de programas, planos ou ações concretas, com visibilidade pública e com potencial relevante de interação com outros projetos;
- Contribuição para um modelo de política pública de pagamento por resultados;
- Validação e melhoria da eficácia de intervenções, criando bases de evidência.;
- Capacidade para operacionalizar novas respostas sociais e validar novas intervenções, externalizando o risco da implementação;
- Contribuição para um procedimento que permite perspetivar a sustentabilidade financeira da entidade que exerce atividade no âmbito da inclusão social num horizonte de médio prazo

5.4.3. **Fundo para a inovação social**

O Fundo para a Inovação Social é configurado como um fundo de investimento orientado para o financiamento da estratégia de inclusão social da Fronteira da Paz, conferindo-lhe condições de sustentabilidade financeira.

Objetivo

Constituir um instrumento financeiro que permita a intervenção direta de instituições financeiras e de outros investidores de capital (por exemplo *Business Angels*) em projetos de inovação e empreendedorismo social. em projetos de inovação e empreendedorismo social.

Permite também facilitar o acesso ao crédito quando necessário para assegurar a sustentabilidade financeira da estratégia de inclusão social e assegura o reembolso parcial do montante investido em títulos de impacto social com resultados obtidos.

Como funciona

O Fundo para a Inovação Social é alimentado por donativos, subsídios ou outras formas de apoio concedidos por investidores sociais e por organizações supranacionais, nacionais ou regionais.

Os ativos financeiros do Fundo para a Inovação Social podem ser utilizados como garantia, ou contragarantia, a instituições de crédito para a obtenção de financiamentos orientados para o apoio à estratégia de inclusão social, incrementando o impacto social dos donativos recebidos e a sua expressão financeira.



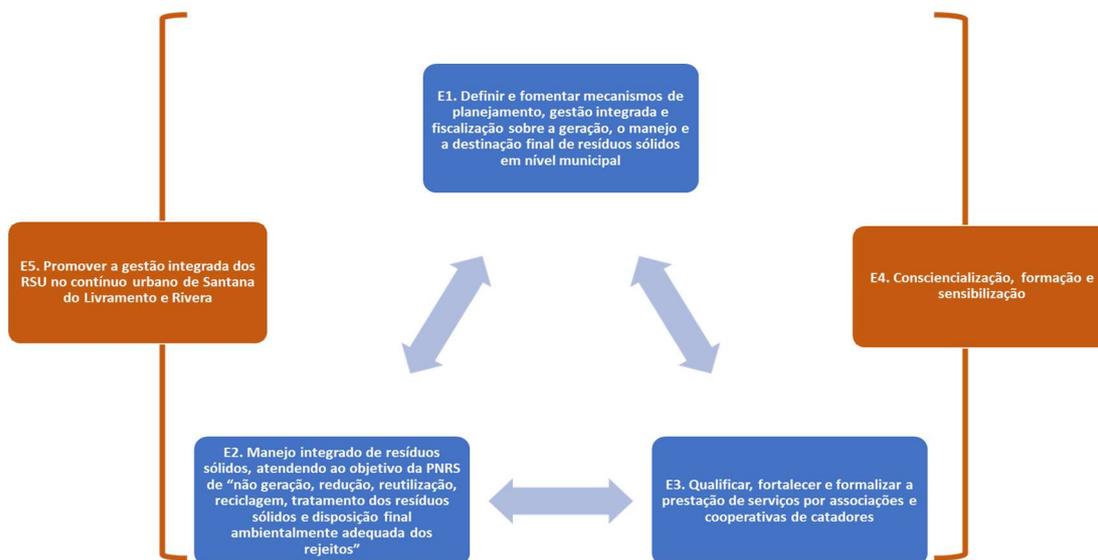
5.5. RSU: Promover a qualidade de vida e a economia circular

O *Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos* (PGRSU) no âmbito do projeto Fronteira da Paz visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU).

Neste contexto, baseado numa abordagem inovadora da economia social e de inclusão social, visa dignificar e valorizar a intervenção dos setores mais desfavorecidos e vulneráveis da população, buscando assegurar a sustentabilidade das iniciativas realizadas, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, com vistas à governança urbana como um todo no contínuo urbano formado pela cidade de Santana do Livramento e a cidade vizinha de Rivera

A estrutura metodológica de trabalho da PGRSU prossegue um processo circular contínuo que se baseia nos seguintes pilares:

- ✓ Diagnóstico da situação
- ✓ Definição de prioridades
- ✓ Desenvolvimento de estratégias
- ✓ Desenvolvimento de ações e implementação
- ✓ Monitorização e revisão do Plano.



As prioridades de trabalho a serem seguidas no PGRSU são definidas pelos seguintes eixos estratégicos:

- 0.1. Definir e fomentar mecanismos de planejamento, gestão integrada e fiscalização sobre a geração, o manejo e a destinação final de resíduos sólidos em nível municipal.



Mecanismos de planejamento que atendam aos objetivos da PNRS: definição de modelos de gestão seletiva e coordenação com a atual coleta regular (não seletiva), a planificação do seguimento, monitorização e eliminação de disposições irregulares de resíduos ou o fomento da formação e capacitação continuada das equipes gestoras no município.

Soluções para as barreiras legislativas à gestão adequada dos RSU: a aplicação da logística reversa para as embalagens pós-consumo, fornecer soluções para ultrapassar as barreiras legislativas à gestão transfronteiriça- regionalizada dos RSU e promover as concessões terceirizadas com critérios de desempenho.

Atribuir a responsabilidade dos produtores na gestão dos resíduos: obrigatoriedade de separação em origem de geradores não domésticos e responsabilizar aos grandes geradores de resíduos não domiciliários pelo gerenciamento e custeio dos serviços.

Avançar com uma fiscalidade sustentável e diferenciada para gestão dos RSU: elaborar um estudo de equilíbrio orçamental para a gestão adequada dos resíduos, promover a sustentabilidade e a cobrança por serviços e criar medidas fiscais como a cobrança diferenciada de RSU e a aplicação do princípio poluidor-pagador.

0.2. Gestão integrada de resíduos sólidos, atendendo ao objetivo da PNRS de “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.”

Melhoria dos serviços de gestão de resíduos e limpeza urbana: universalização do serviço, implantação de medidas de fiscalização e controle do serviço, melhora dos procedimentos operacionais na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e coordenação técnica entre equipes e transferência de boas práticas Rivera-Santana

Recolha seletiva: Definição de um sistema de recolha regular mínimo de não seletiva, orgânico e recicláveis secos além de outras coletas específicas (vidro, resíduos de equipamentos eletroeletrônicos, sucatas etc.), criar mecanismos de obrigatoriedade de sistema de separação na fonte e fixar metas específicas de recolha separada. Implantar recolhas específicas para utilizadores não domésticos porta a porta (ex. cartão comercial) e criação de um ecoponto para a disposição de resíduos domésticos especiais (possibilidades de parceria com as empresas gestoras destes resíduos).

Incentivar o tratamento em proximidade: Definição das infraestruturas necessárias de compostagem, triagem e reciclagem, estudo de viabilidade de triagem e coleta consorciada e/ou transfronteiriça e reabilitação ou expansão da unidade de triagem de recicláveis secos.

Comunicação, sensibilização e transparência: Criar sistema de informação integrado Rivera-Santana, elaborar um plano de comunicação integrado Santana-Rivera (Promover a educação ambiental coordenada: comunicação comum), estabelecer mecanismos de comunicação do PGRSU e seguimento dos resultados aos cidadãos e definir estratégias de sensibilização e capacitação na separação: empresas, instituições, domésticos, etc.



0.3. Qualificar, fortalecer e formalizar a prestação de serviços por associações e cooperativas de catadores.

Aumentar a participação de associações de catadores: Priorizar contratação dos catadores para os serviços públicos de coleta seletiva, triagem e tratamento em proximidade de RSU, fomentar o envolvimento dos catadores no tratamento em proximidade de resíduos orgânicos a través de compostagem local, comunitária, doméstica, etc., garantir condições de trabalho adequadas e fomentar o envolvimento nos projetos de instalação, operação e planejamento das unidades de triagem

Apoio logístico, formativo e socioeconômico: Fomentar a organização de catadores autônomos no esquema formal da Associação, fomentar a sustentabilidade da associação de catadores de materiais recicláveis, constante qualificação social, técnica e operacional dos catadores e promover a profissionalização da associação de catadores já existentes

Conscientização e sensibilização: Valorizar e dignificar o papel dos catadores como agentes ambientais, estimular participação catadores nos programas de comunicação continuada, criar mecanismos de capacitação continua dos catadores e fomentar a participação dos catadores em projetos de compostagem em proximidade

0.4. Conscientização, formação e sensibilização.

0.5. Promover a gestão integrada dos RSU no contínuo urbano de Santana do Livramento e Rivera.



06. Nota final

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** foi preparada, no plano técnico, por uma equipa técnica reunida no designado **Grupo de Trabalho da Agenda Urbana** (GTAU) e que beneficiou ainda de outros contributos externos ao GTAU. Correndo o inevitável risco de omissões involuntárias, fica o registo de quem elaborou a primeira proposta, concretizada na versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz, aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável em 17-03-2022 e submetida a consulta pública e preparou a proposta de versão consolidada a submeter a deliberação em 15-11-22:

Pela Prefeitura de Santana do Livramento,

- Sandra de Abreu
- Carina Benitez
- Jean Alves
- Sibebe Rosadilla

- Elói Luft
- Julio Motta
- Rafael Damasceno

Pela Intendência de Rivera,

- Alejandro Berton
- Ana Paula Alonso
- Rodrigo Vargas
- Paula Nieves
- Mary Raquel
- José Mazzoni

- Fabio Ocaño
- Mauricio Gonzalez
- Martin Garcia
- Giovani Conti
- Pedro Santamarta
- Adriana Epifanio

Pelo Gabinete de Cooperação da Fronteira da Paz

- Mara Riganti
- Alejandra Florez
- Juliana Tomasello
- Jorge Cartajena
- Glécio Rodrigues
- Robson Forgiarini

- Silvia Dutra
- Leticia Peres
- Graciela Brasil
- Valentina Chagas
- Gabriela Lopes

Pelo Eixo Atlântico,

- José Palma Andrés

- José Santos Soeiro

Outros contributos,

- Manuel Rodriguez (GTRSU)

- Carmen José Lopez



07. Anexos

7.1. O projeto Fronteira da Paz

O projeto **Desenvolvimento inclusivo e sustentável da Fronteira da Paz**, adiante e sumariamente identificado por Fronteira da Paz, visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento (Brasil), promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, especialmente no atual contexto de crise económica e social provocada pela pandemia do covid-19, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, perspetivando a governação urbana no conjunto do contínuo urbano constituído pela cidade de Santana do Livramento e a cidade vizinha de Rivera (Uruguai), valorizando a circunstância histórica de não existir entre elas uma fronteira física mas tão só uma praça pública conjunta e comum.

Santana do Livramento forma com a cidade de Rivera um contínuo urbano funcionalmente integrado chamado Fronteira da Paz, que historicamente opera informalmente como uma única cidade de 185.000 habitantes, assumindo-se como um dos polos de desenvolvimento do território em que se insere.

Vivem no município cerca de 10.000 famílias em situação de pobreza extrema, muitas quais o seu rendimento é exclusivamente proveniente da recolha informal e precária dos RSU, imersas numa economia paralela sem acesso a medidas de apoio social ou de saúde pública nem beneficiando de qualquer formação ou valorização profissional.

O projeto Fronteira da Paz promove:

- ✓ a resiliência ambiental e social de Santana do Livramento através da aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis,
- ✓ a inclusão social inovadora uma estratégia dirigida aos segmentos populacionais mais desfavorecidos de Santana do Livramento, constituídos pela população pobre e muito pobre que trabalha informalmente na recolha de RSU, motivando-os a participar num projeto que visa a dignificação da sua atividade, a melhoria das suas condições de vida, a criação de mecanismos de proteção social e que promova a criação dos instrumentos financeiros que assegurem a sustentabilidade futura da sua atividade baseada na valorização económica dos RSU;
- ✓ o reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração local visando uma parceria ativa com os cidadãos na gestão dos serviços públicos, nomeadamente através do conhecimento das boas práticas e da experiência do Eixo Atlântico no reforço da governação urbana;
- ✓ a sustentabilidade da estratégia de inclusão social inovadora após o encerramento do projeto, através da conceção dos instrumentos financeiros adequados a uma iniciativa de economia social e que sejam atrativos e mobilizadores para a participação de instituições nacionais e internacionais, nomeadamente sob a forma de títulos de impacto social e da criação de um fundo de inovação social, aproveitando a experiência de Portugal na promoção da inovação e do empreendedorismo social como forma de gerar novas soluções para os problemas sociais, numa lógica complementar às respostas tradicionais, para a resolução de importantes problemas sociais através do apoio dos fundos europeus estruturais e de investimento.



- ✓ a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, perspetivando a criação de estruturas organizacionais que visam assegurar suporte técnico operacional e o acompanhamento das ações mesmo após o termo do projeto.

Impacto esperado com a realização do projeto:

1. Contribuir para os objetivos do Pacto Verde Europeu, em particular no que diz respeito ao papel da UE como líder mundial na luta contra as alterações climáticas e a degradação ambiental, contribuindo para serem promovidas e consolidadas alianças verdes entre a UE e a América Latina através das suas cidades.
2. Melhorar a governação urbana de Santana do Livramento e promover uma cidadania ativa, através de uma Agenda Urbana baseada numa metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano. Dispor de uma estratégia integrada de cidade (Agenda Urbana) permitirá melhorar a governação urbana e a atuação municipal, originando numa acrescida eficiência de governação local.
3. Promover a aprendizagem entre pares, estando prevista uma visita de estudo ao território do Eixo Atlântico, para que os decisores políticos possam conhecer a realidade europeia e ver em primeira mão o impacto da Agenda Urbana transfronteiriça no território do sistema urbano do Eixo Atlântico, e uma viagem de estudo e formação no território de Santana do Livramento e respetiva área de influência para a transferência e da metodologia desenhada pelo Eixo Atlântico para a sua Agenda Urbana e respetivo plano de ação.
4. Adotar uma abordagem multisectorial para o desenho da estratégia da cidade que leve em consideração a complexa realidade das cidades, que não estão isoladas de seu ambiente nacional e, no caso particular de Santana - uma cidade na fronteira - da realidade do outro lado da fronteira, abordando diferentes prioridades num contexto de interconexão e interação entre elas.
5. Aumentar a prosperidade e o bem-estar. A aplicação de abordagens de economia social na estratégia de desenvolvimento urbano sustentável permitirá a inclusão social de cerca de 10.000 famílias que se estima viverem em situação de pobreza ou de extrema pobreza em Santana do Livramento, muitas delas dependentes da economia paralela associada à recolha de RSU, promovendo iniciativas para que os setores sociais mais desfavorecidos possam iniciar novas atividades económicas a partir do uso sustentável desses resíduos.
6. Promover a criação de emprego, através de um novo modelo de gestão dos RSU, da regularização e valorização da atividade dos recolhedores informais que atualmente realizam a sua atividade submersa neste município, contribuindo para melhorar as taxas de emprego.
7. Melhorar a resiliência e o ambiente da cidade, através da implementação de uma estratégia de gestão de RSU assente nos princípios de economia circular, valorizando uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável.

Em síntese, o projeto Fronteira da Paz procura dar um contributo para "**Tornar as cidades e outros pequenos aglomerados inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**" (ODS 11 da ONU).

O projeto prevê um custo total de 1,1 milhões de euros aproximadamente, e **mereceu a aprovação da Comissão Europeia, Cooperação Internacional e Desenvolvimento (DEVCO)**, mobilizando a relevante contribuição de mais de 988 mil euros, a investir diretamente no território de Santana do Livramento sob a forma de investimento físicos na componente de resíduos sólidos urbanos.



7.2. Uma fotografia do território em números

7.2.1. O território

3

Evolução da população

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
População	1996	85.554	98.489	184.043
População	2020	76.321 ⁴	108.809 ⁵	185.130
População urbana	%	90	92	91
População rural	%	10	8	9

(4) Estimativa IBGE Brasil para 2020

(5) Anuario Estadístico Uruguay 2020, população 2019

4

Estrutura etária

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
2000	Total de população	85554 ¹	106.295	191.849
	População com menos de 15 anos	28	29	28,6
	População 15 - 64 anos	64	61	62,3
	População com mais de 65 anos	8	10	9,1
2019	Total de população	73.668	108.809	182.477
	População com menos de 15 anos	20	22	21,2
	População 15 - 64 anos	65	65	65
	População com mais de 65 anos	15	13	13,8

(1) Dados referentes a 1996

7.2.2. Demografia e evolução da população

3

Evolução da população

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
População	1996	85.554	98.489	184.043
População	2020	76.321 ⁴	108.809 ⁵	185.130
População urbana	%	90	92	91
População rural	%	10	8	9

(4) Estimativa IBGE Brasil para 2020

(5) Anuario Estadístico Uruguay 2020, população 2019



4

Estrutura etária

		Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
2000	Total de população		85554	106.295	191.849
	População com menos de 15 anos	%	28	29	28,6
	População 15 - 64 anos		64	61	62,3
	População com mais de 65 anos		8	10	9,1
2019	Total de população		73.668	108.809	182.477
	População com menos de 15 anos	%	20	22	21,2
	População 15 - 64 anos		65	65	65
	População com mais de 65 anos		15	13	13,8

(1) Dados referentes a 1996

5

População ativa

		Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz	
Taxa de atividade	%	65,8	7	55,2	11	60,5
Taxa de desemprego		6,6	8	8,7	11	8,0
População empregada						
Agro-pecuária	%	19	9	25,9		
Indústria		9	9	5,9		
Serviços		72	9	68,2		

(7) 2010

(8) 2010

(9) Estimativa baseada nos dados estatísticos do VAB dos setores primário, secundário e serviços

(11) Observatório Económico 2020



7.2.3. Habitação e desenvolvimento urbano

6

Habitação

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
População no município/departamento	nº	76.321	109.038	185.130
Em área urbana	%	90	93,4	92
Em área rural	%	10	6,6	8
Homens	%	47,8	49,1	48,5
Mulheres	%	52,2	50,9	51,5
População na cidade sede				
1996	nº	79.500	71.345	150.845
2011	nº	70.000	78.880	148.880
Habitações	nº	27381	39757	67.138
com água canalizada	%	93	94	93,5
com ligação a rede de esgotos	%	44	45,4	44,7
com recolha de lixo	%	98,7	89,9	94,3
com energia elétrica	%	99,5	99,5	99,5

(11) Estimativa IBGE Brasil para 2020, redução de 82.464 em 2010 (Censo)

(12) Proyecciones INE realizadas año 2013. <https://www.ine.gub.uy/web/guest/estimaciones-y-proyecciones>

(13) So população urbana, Plano de Saude Municipal 2018-21

(14) Censo 2011, Instituto Nacional Estadística . <https://www.ine.gub.uy/censos-2011- V1-RIV>

7.2.4. Equipamentos

A. Água potável e águas pluviais

7

Água potável

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Ligações à rede		28 308	30 567	58 765
Domésticas	nº	25 860	28 836	54 696
Comerciais		2 437	1 717	4 154
Industriais		11	14	25
Consumo	m3/mês	411 000	709 847	1 120 847
Doméstico	%	92,0	91,7	92,0
Outros usos		8,0	8,3	8,0



B. Rede de esgotos

8

Esgotos

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Volume tratado	m ³ /mês	68 328	313.446	381 774
Produção (uso doméstico e serviços)	l/hab/dia	30	95	68
Habitacões		27 381	39 757	67 138
com ligacão a rede de esgotos	n ^o	9 873	16 540	26 413
sem ligacão a rede de esgotos		17 542	12 350	29 892

9

Situacão dos domicílios

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Fossa séptica	%	41,2	48,4	44,8
Rede geral de esgotos		39,2	50,7	45,0

C. Resíduos sólidos urbanos. Tratamento e reciclagem

10

Recolha de RSU -2020

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Populacão total	n ^o hab.	76 321	109 038	185 359
Recolha indiferenciada	t/ano	18 119	15 258	33 377
Matéria orgânica	t/ano	10 872	8 728	19 600
Papel	t/ano	2 718	1 511	4 229
Plástico	t/ano	2 537	1 572	4 109
Outros		1 268	3 082	4 350
Metais	t/ano	544	122	666
Vidros	t/ano	181	244	425
Recolha seletiva bruta de recicláveis secos domésticos - <i>Recicladores informais</i>	t/ano	ND	581	ND
Recolha seletiva líquida de recicláveis secos domésticos - <i>Recicladores informais</i>	t/ano	85	207	292
	Kg/hab/ano	1,1	1,9	1,6
Peso da recolha seletiva líquida de resíduos domésticos	%	0,5%	1,3%	0,9%
Outros resíduos urbanos. Recolha estimada	t/ano	232	23 337	23 569
Total estimado	t/ano	18 436	39 176	57 612
	Kg/hab/ano	242	359	311



D. Educação

11

Educação

	<i>Unidade</i>	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
População analfabeta - 2019	%	3,9	2,7	3,3
População com curso médio ou superior	%	29	37	33
Ensino superior	<i>nº estabelc.</i>	5	5	10
Escola infantil	<i>nº estabelc.</i>	52	18	70
Escola fundamental	<i>nº estabelc.</i>	53	156	209
Escola média	<i>nº estabelc.</i>	16	20	36

(18) 2010

(19) 1996

(20) SEBRAE 2020

12

Educação - Alunos matriculados em 2020

	<i>Unidade</i>	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Infantil	<i>nº</i>			
Municipal		2.506	3.649	6 155
Privado		779	276	1 055
Ensino fundamental	<i>nº</i>			
Estadual		5.191	10.044	15 235
Municipal		2.179		2 179
	Privado	1.050	504	1 554
Ensino médio	<i>nº</i>			
Estadual		1.874	9.481	11 355
Privado		300	217	517
Educação profissional	<i>nº</i>			
Estadual		112	3.539	3 651
	Federal	1.112		1 112

(19) 1996

(20) https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santana_do_Livramento.pdf



E. Saúde

13

Saúde

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Esperança de vida	anos	75,8	77,86	21 76,8
Capacidade	nº camas			
Camas hospitalares	nº camas	176	23 267	23 443
Unidades de cuidados intensivos	nº camas	30	30	60
Estabelecimentos de saúde				
- Hospitais	nº	1	1	2
-ambulatorio	nº	22	ND	22
- diagnostico	nº	11	3	14
Numero de				
Enfermeiros	nº	63	476	22 539
Médicos	nº	105	306	411

(21) 2019, contra 77,55 em 2017

(23) Plano de Saúde Municipal 2022.25, site da Prefeitura de Santana

F. Custos económicos dos equipamentos

14

Custos económicos dos equipamentos

	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Água potável			
- preço do m3 de água pago pelas habitações	0,84	0,67 a 2,51	0,67 a 2,51 1
- preço do m3 de água pago pelo comercio e industria	1,28	2,85	1,18 a 2,85 1
Rede de Esgotos			
- custo de uma nova ligação à rede	R\$430	\$U6.845	91-162 1
- custo por m3 de esgoto pago por cada habitação	R\$2,85	\$U 26 a 100	0,59 - 2,38 1
- custo metro linear construção de conduta de esgoto	R\$3,95	\$U 114,63	0,8 - 2,7 1
- preço pr m3 de esgoto pago pelo comércio e serviços			
Educação – custo de construção por aluno			
- ensino primario	ND	\$U 83.600	22 ND
- ensino secundario	ND	\$U 82.456	ND
- ensino médio e profissional	ND	\$U 95.533	ND
- ensino superior CFE	ND	\$U 112.393	ND

1- USD = 4,74 Reais; 42 Pesos ao cambio de 26-03-2022



15

Custos da gestão dos RSU - 2020

USD, câmbio de dezembro 2020

		Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Recolha e transporte	USD/ano	736 717	1 200 610	1 937 327
Tratamento	USD/ano	721 587	133 273	854 860
Total	USD/ano	1 458 304	1 333 883	2 792 187
Recolha e transporte	USD/t	40,7	78,7	60,0
Tratamento	USD/t	39,8	8,7	24,3
Total	USD/t	80,5	87,4	84,0
Recolha e transporte	USD/hab	9,7	11,0	10,3
Tratamento	USD/hab	9,5	1,2	5,4
Total	USD/hab	19,1	12,2	16,0
Auto-financiamento do serviços	%	57%	76%	67%

7.2.5. Mobilidade

16

Mobilidade

	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Rede Viária (km)	40	46	86
Transporte urbano e Interurbano			
Transporte urbano	SIM	SIM	SIM
Transporte interurbano transfronteiriço	NÃO	NÃO	NÃO
Terminal Rodoviário	SIM	SIM	SIM
Ferrovia			
Estação Ferroviária passageiros	SIM	SIM	SIM
Estação Ferroviária par carga	SIM	SIM	SIM
Terminal intermodal	NÃO	NÃO	NÃO
Aeroporto Internacional	NÃO	SIM	Rivera



7.2.6. Agenda digital e telecomunicações

17

Agenda digital e telecomunicações

		Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
1. Grau de cobertura Internet		1	1	1
Habitacões com ligacão à internet	%	ND	93,7%	ND
Habitacões sem ligacão à internet		ND	6,3%	ND
Famílias rurais sem ligacão à internet		ND	ND	ND
Ligacões fixas à internet	nº	11 160	25 732	36 892
2. Grau de penetraçãõ da banda larga		ND	88,0%	ND
3. Penetraçãõ da banda larga móvel				
GSM	% populaçãõ	ND	90,0%	ND
3G		ND	91,5%	ND
4G		ND	100,0%	ND
4. Penetraçãõ banda larga fixa		ND	91,4%	ND

[1] URSEC. Datos a diciembre 2020
file:///home/ceibal/Descargas/Informe%20Mercado%20Telecomunicaciones-2020-12-

Em Rivera, todos os centros educativos possuem acesso à internet e todas as crianças possuem “tablet” ou computador pessoal fornecido pelo Estado.

7.2.7. Economia e poder de compra das populações

18

Economia e poder de compra

		Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
PIB Municipio (milhões)		2 613	U\$S1.286	1.842
PIB / Habitante		33 840	U\$S 11.792	9.496
Rendimento médio por agregado		2 960	\$U45.021	
Numero empresas e emprego			33	
agro pecuaria		344	1 920	2 264
Industria e construçãõ civil		509	397	906
Comércio e serviços		3 749	4 074	7 823
Total empresas		4 602	6 391	10 993
Total emprego		15 000	26 000	41 000

- (31) Plano de Desarrollo conjunto, 1998
(32) URSEC. Datos a diciembre 2020 file:///home/ceibal/Descargas/Informe%20Mercado%20Telecomunicaciones-2020-12-version%20final.pdf
(33) Observatório Económico
(34) USD milhões
(35) USD



7.2.8. Segurança

19

Bairros inundáveis

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Bairros	nº	4	4	8
Famílias abrangidas		1 000	319	1 319
Pessoas abrangidas		4 000	1 432	5 432

(23) Plano de Desarrollo conjunto, 1998

7.2.9. Governação

20

Receitas e despesas correntes do município

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Receita total	2019	2+60	1 755,0	78,4
Despesa		295,0	1 873,0	99
Total			1 344,0	
Corrente			529,0	
Investimento		1 817,0		
Receita total	2020	287,0	1 833,0	95
Despesa		319,0	1 257,0	102
Total			576,0	
Corrente			1 257,0	
Investimento		576,0		

(24) Milhões de reais

(25) Milhões de pesos

(26) Milhões de USD (1 USD = 4,74 Reais; = 42 Pesos; ao câmbio de 26-03-22)



7.3. As entidades que deram contributos

	Área temática de atuação	Entidade
9	Administração local e outras organizações	ACNUR Agencia de la ONU
6	Atividade económica e emprego	ADEMA Asociacion de empresarios de la madera y afines
6	Atividade económica e emprego	AGUIA - empresa de compra de mat. reciclables
6	Atividade económica e emprego	ALAMA - empresa de compra de mat. reciclables
6	Atividade económica e emprego	ALEMAO TELE ENTULHO
1	Cidadania	Ana Lia - Vila Marim I
6	Atividade económica e emprego	ANSUS
4	Cidade	ASEA - Associação dos Engenheiros e Arquitetos
6	Atividade económica e emprego	ASIC - Associação Santanense de imobiliárias e Corretores de imóveis
1	Cidadania	Asociacion de Abogados - Colegio de Abogados
4	Cidade	Asociación Ingenieros Agrimensores
6	Atividade económica e emprego	Associação Comercial de Livramento - ACIL
6	Atividade económica e emprego	Associação Comercial de Rivera - ACIR
6	Atividade económica e emprego	Associação de Mulheres Empreendedoras de S. do Livramento-AMESL
6	Atividade económica e emprego	Associação Rural
6	Atividade económica e emprego	Associação Santanense dos Engenheiros Agrônomos - Aseagro
1	Cidadania	Associações de Bairros UNAMOS
6	Atividade económica e emprego	ASTEM - Associação Santanense dos Técnicos Municipais
6	Atividade económica e emprego	AYANG - TELE ENTULHO
9	Administração local e outras organizações	Câmara de Vereadores Municipal de Sant'Ana do Livramento
6	Atividade económica e emprego	Centro Agronómico de Rivera
8	Proteção social e segurança	Centro Beneficiente Maria Abhegair
2	Ensino e qualificação	Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP
6	Atividade económica e emprego	CEPYME centro de peq y medianas empresas
2	Ensino e qualificação	CERP centro regional de profesores
1	Cidadania	Clemaria Nunes - Bairro São Paulo



Área temática de atuação		Entidade
1	Cidadania	Comisiones Vicinales
6	Atividade económica e emprego	Conselho de Desenvolvimento Rural - CONDER
2	Ensino e qualificação	CONSELHO DE EDUCACAO
4	Cidade	Conselho de Planejamento da Cidade
8	Proteção social e segurança	Conselho Municipal de Assistência Social
5	Ambiente	Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA
1	Cidadania	Cooperativa Renacer del Norte - Santiago Delgado
1	Cidadania	Cristina - Vila Progreso
2	Ensino e qualificação	CUR Centro universitario de Rivera
4	Cidade	DAE - Departamento de Água e Esgoto
7	Saúde	Departamental de salud de rivera
6	Atividade económica e emprego	DINACIA/ Aeropuertos del Uruguay
1	Cidadania	Dj Jorge.Arnez . Bairro Industrial
2	Ensino e qualificação	EAD
2	Ensino e qualificação	Escuela Ladrilleros
1	Cidadania	Fernando Reck - Vila Queirolo
6	Atividade económica e emprego	GARCIA - TELE ENTULHO
1	Cidadania	Geni Fialho - Simon Bolivar
4	Cidade	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
2	Ensino e qualificação	IFD instituto de formacion docente
6	Atividade económica e emprego	IFSUL
5	Ambiente	Instituto Chico Mendes - ICMBio (Apa do Ibirapuitã)
1	Cidadania	Jose Luis – Vila Santa Rosa
1	Cidadania	Laerte Monteblanco – Bairro Wilson
1	Cidadania	Lea Portes Oliveira – Vila Nova Livramento
1	Cidadania	Lucia Iara Fontoura - Cerro do Armour
1	Cidadania	Luciana – Vila Mora de Fátima
1	Cidadania	Luis (Sueli) - Vila Paraiso
1	Cidadania	Marcia Rosane da Silva - Morada Minuano



Área temática de atuação		Entidade
1	Cidadania	Marcos Leites (Marilene G. O. Leites) – Vila Tabatinga
1	Cidadania	Mário Gomes Jaime Camargo
1	Cidadania	Marlene – Parque São Jose-
1	Cidadania	Mary Gomes – Vila Nova
8	Proteção social e segurança	MIDES - Ministerio de Desarrollo Social
6	Atividade econômica e emprego	Ministério de Agricultura, Ganaderia y Pesca - Ignacio Elgarte
4	Cidade	Ministerio de Transporte y Obras Publicas
4	Cidade	Mobilidade Urbana (Grupo)
6	Atividade econômica e emprego	Mujeres Emprendedoras
1	Cidadania	NOVO HORIZONTE - Asociación dos Catadores
8	Proteção social e segurança	OIM/ Observatório de Migraciones
1	Cidadania	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
4	Cidade	OSE - Obras Sanitarias del Estado
1	Cidadania	Patrícia Adriana Ribeiro Pedroso- Vila Real
1	Cidadania	Paulo- Vila São Francisco
1	Cidadania	RECLER ARMOUR - empresa familiar de catadores
6	Atividade econômica e emprego	REDEMA Red de desarrollo maderero
1	Cidadania	Ricardo Salmentão- Morada da Colina
1	Cidadania	Rogério Machado – Residencial Manoela
6	Atividade econômica e emprego	Rosane Baterias
6	Atividade econômica e emprego	SEBRAE
7	Saúde	Secretaria de saúde
2	Ensino e qualificação	SENAC
1	Cidadania	Sergio Laudemir da Silva – Vila Souto Duarte
6	Atividade econômica e emprego	Sindicato Rural
4	Cidade	Sociedad de Arquitectos del Uruguay/Rivera
6	Atividade econômica e emprego	Sociedad de Fomento Rural
2	Ensino e qualificação	UDELAR
2	Ensino e qualificação	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
2	Ensino e qualificação	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
2	Ensino e qualificação	UTEC universidad tecnologica del uruguay
2	Ensino e qualificação	UTU universidad de trabajo del uruguay
1	Cidadania	Wanderlei - Vila Julieta
1	Cidadania	Wilmar Charopen – Vila Bela Vista
1	Cidadania	Zico Vila Marim II



7.4. Os instrumentos para a participação dos cidadãos



Fronteira da Paz

Desenvolvimento inclusivo e sustentável da Fronteira da Paz

Contributo para uma visão estratégica de Santana do Livramento num horizonte de médio prazo

O projeto *Desenvolvimento inclusivo e sustentável da Fronteira da Paz*, visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população do contínuo urbano constituído pelas cidades de Santana do Livramento e de Rivera, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos, assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, especialmente no atual contexto de crise económica e social provocada pela pandemia do covid-19, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, perspetivando a governação urbana no conjunto do contínuo urbano.

O projeto é apoiado pela Comissão Europeia, no âmbito do apoio financeiro a ações externas, e resulta de uma iniciativa conjunta do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, associação transfronteiriça de municípios da Galiza e do Norte de Portugal e da Prefeitura de Santana do Livramento e promove o desenvolvimento urbano integrado através de associações entre autoridades locais dos Estados-Membros da UE e dos países aderentes, de conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Um dos seus 3 objetivos centrais é proporcionar a Santana do Livramento uma estratégia integrada de cidade, compartilhada por todos os setores da população e com incidência em todo o seu contínuo urbano, que promova um crescimento mais harmonioso e equilibrado e que beneficie da experiência adquirida pelo Eixo Atlântico na conceção, preparação, implementação e monitorização da primeira Agenda Urbana Transfronteiriça na Europa. Promove o reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração local visando uma parceria ativa com os cidadãos na gestão dos serviços públicos, nomeadamente através do conhecimento das boas práticas e da experiência do Eixo Atlântico no reforço da governação urbana.

Essa parceria ativa com os cidadãos justifica que lhes seja pedido o seu contributo de opinião sobre a visão que têm da cidade. Temos a ambição de contar com o contributo dos cidadãos, das instituições e dos decisores políticos sobre o contexto, as disparidades territoriais, os desafios que a cidade enfrenta, sobre a visão estratégica para a cidade num horizonte de médio prazo e as medidas que, nesta perspetiva, consideram relevantes.

A Prefeitura de Santana do Livramento e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, bem como a equipa técnica que está a promover a realização do projeto, agradecem o seu contributo.

Por favor, preencha e devolva-nos o formulário seguinte. A sua opinião é importante para os resultados que se pretendem para o projeto.





3. Oportunidades que se oferecem a Santana do Livramento

Por favor, limite a identificação de cada ponto a um máximo de 400 caracteres. Obrigado

3.1	
3.2	
3.3	
3.4	
3.5	

4. Ameaças que Santana do Livramento deve ter em conta

Por favor, limite a identificação de cada ponto a um máximo de 400 caracteres. Obrigado

4.1	
4.2	
4.3	
4.4	
4.5	

Comentário geral

Por favor, limite o comentário a um máximo de 1.200 caracteres. Obrigado

--

vsff



Medidas que devem ser promovidas em Santana do Livramento, num horizonte de médio prazo

Indique-nos por favor até cinco medidas que considera serem mais importantes para Santana do Livramento num horizonte temporal de médio prazo, descrevendo-as de forma sintética:

Por favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigado

1	
2	
3	
4	
5	

Medidas de curto-médio prazo que devem ser promovidas em Santana do Livramento para fazer face às consequências socioeconómicas da crise provocada pelo covid 19

Indique-nos por favor até cinco medidas de curto-médio prazo que considera serem mais importantes para Santana do Livramento no para fazer face às consequências socioeconómicas da crise de saúde pública provocada pelo covid 19, descrevendo-as de forma sintética:

Por favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigado

1	
2	
3	
4	
5	

Comentário que entenda acrescentar sobre as medidas propostas

Por favor, limite o comentário a um máximo de 1.200 caracteres. Obrigado

--

Obrigado pelo seu contributo.



Agenda Urbana da Fronteira da Paz

A opinião dos cidadãos é muito importante

Um convite aos cidadãos de Santana do Livramento e de Rivera,

O projeto Desenvolvimento inclusivo e sustentável da Fronteira da Paz, visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população do contínuo urbano constituído pelas cidades de Santana do Livramento e de Rivera, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos, assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis.

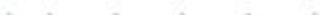
Um dos seus 3 objetivos centrais é proporcionar a Santana do Livramento e a Rivera uma estratégia integrada de cidade, compartilhada por todos os setores da população e com incidência em todo o seu contínuo urbano, que promova um crescimento mais harmonioso e equilibrado e que beneficie da experiência adquirida pelo Eixo Atlântico na conceção, preparação, implementação e monitorização da primeira Agenda Urbana Transfronteiriça na Europa. O projeto é apoiado pela Comissão Europeia, no âmbito do apoio financeiro a ações externas e promove o desenvolvimento urbano integrado através de associações entre autoridades locais dos Estados-Membros da UE e dos países aderentes, de conformidade com a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e beneficia da experiência do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, associação transfronteiriça de municípios da Galiza e do Norte de Portugal.

No âmbito da realização deste projeto, foi colocada em consulta pública a versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz, destinada a recolher os contributos dos cidadãos, das organizações parceiras e dos decisores políticos aos diversos níveis, documento que procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural. A Agenda Urbana da Fronteira da Paz ambiciona ser um encontro entre os poderes democráticos e a sociedade democrática, ou seja, a cidadania. A Prefeita de Santana do Livramento e o Intendente Departamental de Rivera consideram que deve haver um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da sua cidade.

Neste contexto, a Prefeita de Santana do Livramento e o Intendente Departamental de Rivera dirigem aos cidadãos destas cidades o convite para que nos sejam apresentadas as propostas que considerem pertinentes sobre a estratégia de médio prazo para o contínuo urbano e sobre os vetores de ação e medidas concretas consideradas como necessárias. Se a sua opção for de nos apresentar o seu contributo, o que muito nos honra e agradecemos, poderá utilizar o formulário eletrónico que encontra neste sítio ou entregar o seu contributo diretamente nas novas instalações do Gabinete de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao seu contributo daremos a nossa melhor atenção.

Ana Luísa Tarouco → → → → → Richard Sander
 ---Prefeita → → → → → ---Intendente





O contributo, ¶

¶

Nome:	¶
--------------	---

Se preferir, pode não indicar o seu nome ¶

Que medidas considera que devem ser promovidas em Santana do Livramento e em Rivera para reforçar o binómio e a qualidade de vida dos cidadãos e para que o contínuo urbano formado pelas duas cidades funcione como uma só? ¶

Indique-nos por favor até cinco medidas que considera serem as mais importantes: ¶

Por favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigado ¶

1ª	¶	¶
2ª	¶	¶
3ª	¶	¶
4ª	¶	¶
5ª	¶	¶

A Fronteira da Paz é, na prática, uma cidade de dois países. A existência de uma fronteira política e histórica, que todos respeitamos, não implica a existência de barreiras artificiais que originam dificuldades no dia a dia dos cidadãos. Que dificuldades sente e como gostaria de as ver resolvidas? ¶

Indique-nos por favor até cinco dificuldades que considera serem as mais importantes: ¶

Por favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigado ¶

1ª	¶	¶
2ª	¶	¶
3ª	¶	¶
4ª	¶	¶
5ª	¶	¶

¶



Indique-nos por favor como gostaria de ver resolvidas as dificuldades que nos indicou:¶

Par favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigada ¶

1a	¶	¶
2a	¶	¶
3a	¶	¶
4a	¶	¶
5a	¶	¶

Os municípios são chamados diariamente a intervir de forma decisiva na vida dos cidadãos. -Que medidas sugere para melhorar os serviços prestados pelo município ou que novos serviços deveriam ser prestados?¶

Indique-nos por favor até cinco medidas que considera serem as mais importantes:¶

Par favor, limite a identificação de cada medida a um máximo de 600 caracteres. Obrigada ¶

1a	¶	¶
2a	¶	¶
3a	¶	¶
4a	¶	¶
5a	¶	¶

Mesmo que tenha optado por não indicar o seu nome, opção que respeitamos e não diminui a importância do seu contributo, gostaríamos de saber o setor em que exerce ou exerceu a sua atividade. ¶

Par favor, assinale o setor de atividade. Obrigada ¶

<input type="checkbox"/> Educação e ensino	<input type="checkbox"/> Ambiente e património natural	¶
<input type="checkbox"/> Assistência e Inclusão Social	<input type="checkbox"/> Agricultura, pecuária e desenvolvimento rural	¶
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Indústria transformadora e extrativa	¶
<input type="checkbox"/> Abastecimento de água	<input type="checkbox"/> Comércio e serviços	¶
<input type="checkbox"/> Saneamento e resíduos sólidos urbanos	<input type="checkbox"/> Turismo	¶
<input type="checkbox"/> Proteção civil	<input type="checkbox"/> Tecnologia de informação e comunicação	¶
<input type="checkbox"/> Planeamento urbano e habitação	<input type="checkbox"/> Setor financeiro (banca, seguros, ...)	¶
<input type="checkbox"/> Trânsito, transportes e mobilidade urbana	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento económico (emprego, atividade económica em geral)	¶
<input type="checkbox"/> Cultura, indústrias criativas e património histórico	<input type="checkbox"/> Outro. Indicar qual	¶

¶

